



## **Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

### **Diário da Sessão**

**V Legislatura**

**Número: 50**

**III Sessão Legislativa**

**Horta, Segunda-feira, 5 de Dezembro de 1994**

**Presidente:** Deputado Madruga da Costa.

**Secretários:** Deputados Gaspar da Rosa e Hélio Pombo.

### **SUMÁRIO**

*Os trabalhos tiveram início pelas 15,20 horas.*

Entrou-se, de imediato, na ordem do dia, com a continuação do debate sobre o Plano e o Orçamento para 1995.

Assim foram intervenientes os seguintes Srs. Deputados:

Carlos Morais (*PSD*), Fernando Lopes (*PS*), João Cunha (*PSD*), Jorge Cabral (*PSD*), Rui Melo (*PSD*), Nélia Figueiredo (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Carlos Silva (*PSD*), Ana Carolina Silva (*PSD*), Lisete Silveira (*PS*), Fernando Menezes (*PS*), Rui Pedro Ávila (*PS*), Humberto Melo (*PSD*), José Gonçalo Botelho (*PSD*), José Nascimento Ávila (*PS*), José Ramos Aguiar (*PSD*), Ricardo Barros (*PS*), Rosa Machado (*PSD*), Silva Melo (*PS*), bem como os Srs. Secretários do Turismo e Ambiente, *Eugénio Leal*, da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia, *Gaspar da Silva*, da Habitação, Obras Públicas Transportes e Comunicações, *Jaime Medeiros*, das Finanças, Planeamento e Administração Pública, *Bastos e Silva* e ainda o Sr. Subsecretário Regional da Comunicação Social, *Joaquim Machado*.

Os trabalhos terminaram às 20,00 horas, não sem antes terem sido mencionados os tempos ainda disponíveis para debate do Plano e Orçamento a cada uma das bancadas.

**Presidente:** Srs. Deputados, boa tarde.

Agradecia que tomassem os vossos lugares para se proceder à chamada.

*(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: PSD - Alberto Madruga da Costa, Álvaro Manito, Ana Gomes Silva, António Almeida, Artur Martins, Carlos Morais, Carlos Silva, Gaspar da Rosa, Gastão Barbosa Pacheco, Gustavo Medeiros, Humberto Melo, Jorge Cabral, José Aguiar, José Gonçalo Botelho, José Manuel Nunes, Manuel Brasil, Manuel Gil Ávila, Mark Marques, Rosa Maria Machado, Rui Melo, Victor Cruz, Victor Evaristo; PS - António Gomes, Carlos César, Fernando Lopes, Fernando Menezes, Francisco Sousa, Hélio Pombo, José Nascimento Ávila, José Humberto Chaves, Lisete Silveira, Manuel Serpa, Nélia Figueiredo, Ricardo Barros, Rogério Serpa; PCP - Paulo Valadão ; Dep. Indep. Manuel António Martins).*

**Presidente:** Estão presentes 40 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos continuar a nossa ordem de trabalhos com a apreciação do Plano e Orçamento da RAA para 1995.

Por uma questão de metodologia, recordaria os tempos que ainda estão disponíveis.

- O Governo dispõe de 2 horas, 32 minutos e 1 segundo;
- O PSD dispõe de 2 horas, 2 minutos e 58 segundos;
- O PS dispõe de 1 hora, 55 minutos e 29 segundos;
- O CDS/Partido Popular de 4 minutos e 15 segundos;
- O PCP de 20 minutos e 30 segundos;
- E o Sr. Deputado Independente dos seus 15 minutos.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Morais.

**Deputado Carlos Morais (PSD):** Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais, Sras. e Srs. Deputados:

Estamos a um mês da entrada de um novo ano como tal, e em tempo útil, deu entrada nesta Assembleia a Proposta do Plano e Orçamento para 1995.

Como Deputado Regional eleito pelo Circulo Eleitoral do Faial não poderia de maneira alguma deixar de tecer algumas considerações sobre o Plano acerca do círculo que me elegeu.

Com um Plano de investimentos públicos directos para a Região de 31 milhões de contos, cabe à Ilha do Faial cerca de 2 milhões de contos o que corresponde a 6,4% do total do investimento.

Estas verbas encontram-se assim repartidas: Dinamização da Actividade Económica - 731 mil contos;

Desenvolvimento dos Recursos Humanos 170 mil contos;

Transportes e Energia 959 mil contos;

Ambiente e Qualidade de Vida 114 mil contos, Apoio Global 18 mil contos.

Não quero com isto dizer que os Faialenses estão totalmente satisfeitos com o Plano agora em discussão.

É certo que algumas obras, há muito desejadas, nomeadamente no sector da Educação ficam para trás, não se passando o mesmo em relação a outras como por exemplo, o Porto da Horta, Matadouro, Estradas Regionais, Biblioteca Pública e Arquivo, Igreja do Carmo, Centro de Cuidados Geriátricos.

A Habitação, (Verba não desagregada) onde existe algumas carências, ficará a ganhar com a atribuição em 95 dos loteamentos já efectuados pela S.R.H.O.P.T.C., nomeadamente o das Angústias e Flamengos.

Pena é que outro programa nomeadamente o de Habitação a custos controlados não se tenha conseguido na Horta, por desinteresse dos Empreiteiros.

Creio, que ao longo do ano de 95, tal como noutros locais da Europa e do Mundo, entraremos em retoma económica.

Para os mais cépticos que afirmam que este Governo nada faz, nesta Ilha, aliás outra coisa não seria de esperar, utilizando sempre os mesmos discursos, é preciso ficar claro que "não se pode fazer omeletas sem ovos" ficando claro também que se

queremos um melhor sistema de Saúde, se esperamos melhor Educação, temos que admitir que estes sectores têm tido um grande desenvolvimento nos 20 anos da Autonomia e que ainda hoje são quase 80% da despesa pública do Plano na Região.

Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Um sector que tem vindo a desenvolver a economia da Região, é o turismo, criando novos postos de trabalho.

No primeiro semestre deste ano viu os seus hóspedes aumentarem em relação a 93, passando de 112.880 para 118.669, o que corresponde mais 5,13%.

As dormidas também aumentaram, ainda comparando 93 com 94, passaram de 293.774 para 311.525, sendo este aumento de 6,04 %.

Esta actividade que irá sofrer transformações com a aprovação do Plano de Director de Turismo, já aprovado pelas mesas de turismo das Câmaras de Comércio e Indústria dos Açores, onde ainda recentemente, nas 2.<sup>a</sup> Jornadas Técnicas de Turismo realizadas na Horta, mereceu a aprovação geral dos participantes.

A Região nos últimos anos afirmou-se como destino de Congressos. Como aconteceu há pouco mais de 8 dias com a realização em 95 do Congresso da APAVT que trará à Região mais de 600 Agentes de Viagens Nacionais. Acontecimento ímpar para a divulgação da Região junto destes.

Contudo, creio existirem alguns entraves no sector do transporte aéreo com a Região. É preciso torná-lo mais competitivo, criar novas tarifas, o que não passa só pela redução do preço.

Não existindo concorrência entre a Região e o continente e vice-versa, relativamente ao transporte aéreo, a Transportadora Aérea Nacional terá de olhar para a Região de outra maneira, sobretudo na estação alta onde os lugares faltam.

Este assunto já mereceu especial atenção pela União Europeia, onde ainda recentemente a Comissão das Comunidades Europeias aprovou compensar a TAP pelo serviço público prestado desde 78 a 91 em 35 milhões de contos.

Assim sendo, a TAP não pode nem deve continuar a estrangular o turismo na nossa Região, tanto mais que é compensada para esse efeito.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes para uma intervenção.

**Deputado Fernando Lopes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

AS previsões de crescimento económico, da Comissão Europeia, indiciam uma recuperação equilibrada na Europa conjugando o aumento dos investimentos, das exportações e do consumo. **A economia portuguesa dá sinais duma recuperação mais lenta e desequilibrada em 1994 com as exportações a serem o principal motor da economia. Os factores de retoma da economia nacional são principalmente de ordem externa, com os factores internos, consumo e investimento, a actuarem mais como travões do que como aceleradores.** Depois dum decréscimo de 1.2% em 1994, quando a economia europeia teve um decréscimo médio de 0.4% o Ministério das Finanças aponta para um crescimento em 1995 e 1996 igual à média Europeia. A convergência da economia nacional não se verifica, sendo mais uma auto-ilusão deste governo depois da teoria errada de que a economia nacional não seria atingida pela recessão qual oásis no deserto.

**AS previsões optimistas de crescimento não se estendem ao mercado de trabalho pois estamos perante um problema de desemprego estrutural e não de desemprego cíclico.** Simultaneamente os critérios de convergência para a criação da moeda única, fixados no Tratado de Maastricht, indicam como necessário uma política orçamental restritiva de forma a atingir o valor máximo de 60% do PIB para a dívida pública e de 3% para a inflação. As previsões para a economia portuguesa, 72.3% para a dívida e 5.6% para a inflação, não aguentam os critérios de convergência traçados por Bruxelas. Para se alcançar esta convergência, segundo o economista João Cravinho - e cito - "será necessário realizar uma recessão brutal entre 1996 e 1999 com uma queda anual do PIB de 3%".

**Nos Açores a economia regional tende a seguir a economia nacional com algum atraso. A recuperação será difícil e lenta numa economia onde as exportações são menos importantes do que o consumo interno e o investimento.** Os objectivos

do plano para 1995 traduzem alguma consciência desta realidade apontando para o relançamento da actividade económica e do emprego;

O reforço da coesão social;

O fomento da cooperação inter-regional.

O primeiro objectivo é a apropriado à recessão que se faz sentir na economia e denota alguma preocupação com o desemprego. Esta preocupação com o desemprego faz-se sentir ainda no segundo e terceiro objectivos. O Sr. Secretário é mais explícito quanto à orientação da política económica na sua intervenção nesta Assembleia e cito:

"É necessário manter a linha de rumo da política económica e financeira, recusando o ziguezague, o oscilar entre o imobilismo e o tratamento de choque que poderia trazer benefícios de curto prazo, mas retirar-nos-ia a credibilidade de médio prazo que é a que nos interessa".

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os factos desmentem claramente as palavras. O ziguezague da política é evidente se analisarmos as taxas de crescimento real da despesa nos últimos 6 anos. E passo a relatar:

1990 + 10.7%

1991 - 18.7%

1992 + 9.3%

1993 - 6.4%

1994 + 0.2%

1995 - 7.9%

É um ziguezague constante.

A política orçamental deste V Governo, auto-proclamada como de rigor e contenção, teria como objectivo conciliar o crescimento económico com o controlo do défice orçamental. O crescimento económico nos últimos anos tem sido abismal a ponto de Mota Amaral, o Presidente, ter afirmado que na Região há economia a menos. E o défice que era de 6.8 milhões de contos em 1990 mais do que duplicou para 16.2 milhões de contos em 1995. Entretanto a dívida regional directa, e repito o que já afirmei aqui e consta dos documentos apresentados a esta Assembleia pelo governo, aproxima-se dos 115 milhões de contos!!! A dívida do Sector Público Empresarial

ronda os 55 milhões. A dívida total do Sector Público Regional no fim de 1995 será de aproximadamente 170 milhões de contos!!! O Sr. Secretário pode afirmar que a dívida da Caixa Geral de Depósitos é litigiosa mas não a pode negar, pode discutir se vai pagar 20 ou 25 milhões de contos mas vai pagar! Para já não falar no saldo da conta gratuita do Banco de Portugal que são mais alguns milhões.

Sabemos que não tem problemas em endividar o Estado e as empresas públicas, já o demonstrou na EDA, onde o passivo era de 42.7 milhões de contos em 1993 e demonstra-o agora na Secretaria das Finanças.

**Subsecretário Regional da Comunicação Social** (*Joaquim Machado*): Mas ele não estava sozinho!

**O Orador:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A dívida do sector empresarial do Estado era segundo o DREPA de 911 mil contos na Lotaçor, 861 mil contos na Fábrica de Tabaco Micaelense, de 42 milhões e 700 mil contos na EDA, e de 10 milhões 598 mil contos na SATA. A Lotaçor está falida tecnicamente com um capital próprio de -24 mil contos. A FTM continua a apresentar prejuízos de 98 mil contos em 1993. A EDA já o afirmámos, tem um fundo de maneio negativo de 4 milhões e 250 mil contos. A SATA tem um resultado líquido de zero como em anos anteriores.

Desta sinopse fornecida pelo Governo Regional ficamos a saber que o sector público empresarial está muito próximo do desastre e as receitas da privatização do BCA não tapam a cova dum dente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tudo isto para quê? Para desenvolver os Açores e aproveitar as verbas comunitárias, responder-nos-ão. É falso, Srs. Deputados, porque o endividamento directo durante o primeiro Quadro Comunitário de Apoio é superior às necessidades de participação regional. A opinião pública e os dirigentes da Administração Regional consideram, em estudo feito pelo Governo Regional, que é possível fazer mais com os recursos ao seu dispor e que as limitações orçamentais são relativamente pouco importantes para a melhoria da Administração Regional.

Em conclusão, com os dados e os estudos do Governo Regional, é evidente a falta de rigor e o desperdício de fundos, energias e oportunidades para o desenvolvimento regional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

E a despesa prevista no Orçamento e Plano para 1995?

A despesa pública prevista para 1995 é de 128.2 milhões de contos. O Plano com menos 7% do que em 1994 tem orçamentados 31.5 milhões, os Fundos e os Serviços Autónomos 52.2 milhões. As despesas por departamento do governo somam 44.9 milhões dos quais 18.8 disponíveis nos Gabinetes dos Secretários. As despesas correntes excluindo a Universidade dos Açores cresce 3.7% e as despesas de pessoal, corrigidas da dotação provisional, crescem 1.7%. Os encargos correntes da dívida com 8 milhões de contos crescem 20.5%. **A tese oficial de que a contenção da despesa corrente permite libertar recursos para o investimento é falaciosa porque o défice do Orçamento Corrente é de 11.9 milhões de contos. Somente as transferências do Orçamento de Estado de 14.8 milhões de contos permitem cobrir este défice e libertar cerca de 2.9 milhões para investimento.**

O financiamento do Orçamento é assegurado por 52 milhões de receitas fiscais, 27.4 milhões de transferências e empréstimos de 16.2 milhões de contos. As necessidades de financiamento do défice estrutural são hoje conhecidas por todas as correntes de opinião e o Partido Socialista vem propondo um relacionamento estável com o Governo da República com o necessários enquadramento legal. A Autonomia sem suficiência financeira e com o recurso constante ao endividamento fácil não assegura o desenvolvimento e a convergência à média nacional. A suficiência financeira num quadro de cooperação institucional é possível. A Administração Regional tem de ser pensada e gerida como um factor extra de desenvolvimento. Este é o benefício da Autonomia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este plano não é o factor extra que potencia a retoma da economia, porque continua um prisioneiro dos erros passados. Os Srs. Deputados de todas as bancadas têm claramente evidenciado que este não é o plano esperado pelos açorianos. Os projectos adiados em cada ilha, direi mesmo em cada concelho, têm sido identificados mesmo



pela bancada do PSD. Mas prisioneiros do passado continuam a manifestar a sua fé não na autonomia, não nas instituições mas sim no mestre, no timoneiro.

Os Srs.. jornalistas têm dito que esta discussão é morna. Enganam-se, porque ela é patética, comovedora algumas vezes e demonstrativa da incapacidade que a maioria tem de romper com o passado.

*Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** O discurso do Sr. Deputado Jorge do Nascimento Cabral ancorado no passado, recente, da autonomia, é uma obra prima de retórica passadista na defesa de interesses que hoje já são assumidos por toda a sociedade açoriana. Os Srs. Deputados do Corvo e da Graciosa são comovedores pelo que revelam de amor pela sua terra, bem hajam. Mas não chega, Srs. Deputados!

É preciso construir o futuro antes que seja tarde! Antes que estas **nossas ilhas** se afundem na recessão demográfica e económica.

Srs. Deputados, o Partido Socialista adoptou o princípio deste debate uma atitude construtiva e vai mantê-la até ao fim.

**Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado):** Isso não é verdade!

**O Orador:** Porque o futuro se constrói de ideias generosas e não de rancores mesquinhos.

Porque queremos fazer política e não politiquice!

**Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal):** Tem-se visto!

**O Orador:** Porque queremos cumprir o nosso mandato de servir os Açores e promover a Autonomia.

*(Aplausos da bancada do PS)*

*(Apartes inaudíveis da bancada do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública para naturalmente prestar esclarecimentos.

**Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Bastos e Silva*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Confesso que fiquei estupefacto e estarrecido com o quadro negro preparado durante este fim de semana e provavelmente com um pouco de pressa e teimosia também. Porque, por exemplo: depois de saber os dados corrigidos que lhe foram fornecidos aqui da dívida. E por sinal, provavelmente não tomou nota de novo, insiste em dados que estavam errados.

Insiste, por exemplo, na dívida das empresas públicas em 50 milhões de contos, está errado. A dívida acumulada é de 36.4 e pela qual respondem os seus activos.

Depois quando faz comentários, até de mau gosto e de natureza pessoal, esquece-se que acaba por estar a afectar a quem eu passo directamente os seus comentários de crítica aos 960 trabalhadores da EDA...

**Deputado Duarte Pires** (*PS*): Especialmente os de confiança política.

**O Orador:** ... que pelos vistos não fizeram nada de bom nos últimos anos, em que recuperaram por exemplo as contas de exploração de 2,5 milhões de contos. Mas isso é um problema em que o Sr. prestará as suas contas aos próprios trabalhadores da EDA que são uma grande equipa e por sinal, com sucesso nos números que lhe custa muito aceitar e que as coisas corram bem.

Muito melhor, gostaria que nós aparecêssemos aqui agora, com uma situação de desespero, de não quereremos fazer do próximo ano um novo ano de concretizações, um novo ano em que a vida segue e bem.

O Sr. Deputado gostaria que aparecêssemos aqui numa postura diferente.

O facto de aparecermos com as contas em ordem, com os documentos correctos - ainda agora o Sr. Deputado teve acesso a um relatório que dá conta do que é que se fez até Setembro e ainda só estamos em Novembro, por sinal com execuções muitíssimo significativas da parte do Plano - as contas estão aprovadas e em ordem.

O Sr. Deputado gostava que o Governo aparecesse aqui em desordem, como um coitado, mas não é verdade.

É por isso mesmo que os Srs. não merecem os votos dos eleitores. É exactamente por essa postura pouco séria da qual o Sr. Deputado deu aqui a melhor mostra e por isso mesmo eu registo como uma surpresa.

*Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo).

**Presidente:** O Sr. Deputado João Cunha também pretende a palavra para prestar esclarecimentos?

Tem a palavra.

**Deputado João Cunha (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria apenas esclarecer aqui que os Deputados eleitos no PSD pela Ilha Graciosa não estão nesta Casa para boicotar este Plano.

Estamos aqui para defender os interesses da Graciosa. Estamos aqui para defender os interesses da Região e não embarcamos de forma nenhuma no divisionismo que o Sr. Deputado Fernando Lopes nos pretende atribuir.

Desta forma, não acolhemos aquelas que têm sido as atribuições que têm sido dadas aos Deputado da Graciosa pelo Sr. Deputado que acabou de intervir.

**Deputado Carlos César (PS):** Os Srs. não querem envergonhar-se, mais nada!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral também para prestar esclarecimentos.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Sr. Presidente, é para pedir um esclarecimento.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Fernando Lopes:

Sinceramente, eu não resisto a um bom elogio!

*(Risos do Governo).*

E V. Ex<sup>a</sup>. teve a bondade de fazer uma referência positiva a uma intervenção que proferi aqui na passada Sexta-feira.

Estou eternamente reconhecido por isso. Não é todos os dias que a oposição reconhece que alguém desta bancada escreve bem, ou diz bem, ou tem algumas ideias.

De maneira que, tal como dizia o ex-deputado José Manuel Bettencourt isto fica para os anais da História.

No entanto, o meu pedido de esclarecimento não tem que centrar-se, como é óbvio, nesta referência elogiosa, mas sim num outro aspecto que V. Ex<sup>a</sup>. referiu na sua intervenção.

Então, Sr. Deputado, falar no passado como exemplo para o presente e como perspectiva de futuro é negativo?!

Acha que é negativo falar-se no passado para cimentar as nossas ideias neste momento e abrirmos hipóteses de trabalho para um futuro?!

Eu escrevi isso na minha intervenção. Eu disse que estava apostado no facto de o Governo ter as condições ideais para continuar a mudar a face dos Açores. E mais ainda, este desafio é aliciante. E continua a ser aliciante tanto hoje em 1994, como foi em 1976.

A força anímica que nos uniu a todos nessa altura e que hoje se repete neste tempo e se projecta no futuro, esta força anímica, repito, Sr. Deputado, é que é a razão da nossa força, a razão por que queremos apostar a nos Açores, a razão por que não concordamos com alguns segmentos que optam pela emigração como fuga às suas responsabilidades locais. Não me refiro àquela emigração dos nossos irmãos e concidadãos menos favorecidos, mas a um tipo de emigração intelectual que por fartura, por alguma dificuldade na ultrapassagem desses horizontes sempre iguais, e talvez incomodados ?

**Presidente:** O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

**O Orador:** Já termino, Sr. Presidente.

Muitas vezes é mais cómodo ir para outro sítio do que trabalhar para o futuro da sua terra.

Se V. Ex<sup>a</sup>. tivesse nascido aqui nos Açores, se tivesse sido criado e educado aqui...

**Deputado Carlos César (PS):** Isso quase parece uma coisa étnica!

**O Orador:** Dá-me licença que fale?

O Sr. Deputado Carlos César está nervoso ou tem complexos nesse sentido?

Eu não tenho!

O Sr. Deputado Carlos César quer fazer o favor de escutar até ao fim?

Isto prova mais uma vez que o Sr. Deputado se precipita nas conclusões e tira-as antes do tempo. Ouça o que eu tenho a dizer e pelo menos não chateie!

Portanto, repito que se V. Ex<sup>a</sup>. Sr. Deputado Fernando Lopes, tivesse nascido e sido criado aqui nos Açores, veria e sentiria na pele talvez, muitas das dificuldades que tivemos ao longo destes últimos anos. E mais: seriam essas dificuldades...

(Aparte inaudível do Deputado Carlos César)

**Presidente:** Sr. Deputado, agradecia que procurasse terminar, porque o seu tempo está a esgotar-se.

**O Orador:** Cale-se!

Ao fim e ao cabo, acha o Sr. Deputado que não temos razões para termos força anímica e termos esperança para continuar a mudar a face dos Açores?

Eu tenho-a. Gostava de saber se V. Ex<sup>a</sup>. o que é pensa disso?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes para prestar esclarecimentos.

**Deputado Fernando Lopes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em relação ao que disse o Sr. Secretário Regional das Finanças sobre a actualização, eu gostaria de referir que todos os números que eu citei aqui são números que constam dos relatórios que V. Ex<sup>a</sup>. e o Governo em que se integra nos entregaram na preparação deste Plano.

E se alguém está aqui a fazer truques ou qualquer coisa do género, não sou eu!

O Sr. Secretário está a passar um atestado de incompetência a quem, no DREPA, nos preparou isto!

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos da bancada do PS).*

**O Orador:** Sobre a dívida das empresas públicas, eu remeto-o para um quadro que vem na página 5, no que diz respeito às empresas públicas, que diz:

"passivo total 1993 - 50 milhões de contos".

Depois, se V. Ex<sup>a</sup>. tiver a bondade de lhe somar o fundo de maneiço negativo da EDA, vai chegar aos 55 milhões de contos que eu aponteí...

**Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal):** Passivos! E o activo dessas empresas?!

**O Orador:** ... portanto, são números que o departamento (DREPA) que V. Ex<sup>a</sup>. dirige nos deu!

Podemos discutir a questão da Caixa Geral de Depósitos.

Que ela é litigiosa eu concordo consigo. Mas aí as diferenças não serão muito grandes! Porque, de facto, poderemos discutir aqui mais 5 milhões, mais 6 ou 7 milhões. Mas eu também não entrei com outra dívida que não aparece nestes documentos.

Não entrei com a questão da SOGEO, por exemplo!

Não entrei com a conta gratuita do Banco de Portugal! E poderíamos continuar por aí fora!

Utilizei somente os documentos que o DREPA nos forneceu!

São dados **do vosso Governo!** São dados do Governo desta Região que nos foram fornecidos!

*(Aplausos da bancada do PS)*

**O Orador:** No que diz respeito aos Srs. Deputados da bancada do PSD, eu elogiá-los-ei sempre que eu achar conveniente. E não o faço para vos dividir. Antes pelo contrário, porque sei reconhecer também que há valor desse lado. E há valor ali. E como algumas vezes parecem não saber reconhecer, também há valores nesta bancada!

*Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** No que diz respeito ao Sr. Deputado Jorge do Nascimento Cabral, eu não me esqueço, embora não tenha nascido aqui - embora tenha nascido em Santarém como há deputados que nasceram em C. Branco - do que se passou em 74!

Mas também não me esqueço de que a História dos Açores também não começou em 1974 e que houve Homens antes disso! Homens que tiveram uma visão aberta, europeia e não paroquialista do que são os Açores!

*Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PS).*

**Presidente:** O Sr. Deputado Rui Melo pede a palavra para?

**Deputado Rui Melo (PSD):** Para pedir um esclarecimento, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Rui Melo (PSD):** Sr. Presidente, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Antes de mais, gostaria de felicitar o Sr. Deputado Fernando Lopes pelo seu esforço, dedicação, empenho e trabalho em tentar virar o rumo dos acontecimentos.

O Sr. Deputado demonstrou, e deve ter-se apercebido na sua reflexão de fim de semana ajudado talvez por homens com outra experiência da política, inspirados em madre de Deus, que o debate estava a correr mal para o Partido Socialista. E como tal, o Sr. Deputado aplicou-se e fez uma nova intervenção para tentar mudar o ritmo das circunstâncias.

*(Risos do PS)*

O Sr. Deputado afirma - e este é o meu pedido de esclarecimento - na sua intervenção que o problema estrutural das Finanças Regionais são as despesas. O Sr. Deputado diz sempre isso.

Ó Sr. Deputado, o nosso problema é de receitas, não é de despesas!

**Deputado Carlos César (PS):** Esbanjar é com os Srs...!

**O Orador:** As despesas nós já as conhecemos!

Oh Sr. Deputado Carlos César pelo amor de Deus!

O grande problema do Partido Socialista é precisamente esse, ou seja, o Sr. Deputado Fernando Lopes só está cá há 9 anos e o Sr. nunca trabalhou!

O Sr. Deputado foi sempre um profissional da política!

**Deputado Carlos César (PS):** Profissional dum serviço público!

**O Orador:** O Sr. até tem dificuldade em perceber como é que tudo isto evoluiu, como é que a sociedade actua!

O Sr. nunca teve profissão! Ao contrário de todos nós que antes de virmos para cá já tínhamos dado muito.

**Deputado Carlos César (PS):** O Sr. nunca deu nada!

O Sr. nem devia estar aqui!

**Presidente:** Sr. Deputado, agradecia que dirigisse o seu pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Fernando Lopes.

**O Orador:** Muito obrigado, Sr. Presidente, por ter chamado a atenção o Sr. Deputado Carlos César, porque ele já me interrompeu pela 4<sup>a</sup>. vez.

Gostaria de terminar dizendo ao Sr. Deputado Fernando Lopes que estou admirado consigo, porque sendo um professor de economia, acabou de "chumbar" perante o Sr. Secretário Regional das Finanças. E mais, Sr. Deputado:

O seu camarada João Cravinho, que o Sr. aqui citou como sendo um grande economista, é engenheiro!

Por isso, agora percebo porque é há confusão na sua cabeça!

**Deputado Ricardo Barros (PS):** Oh Sr. Deputado, o Sr. Secretário também é engenheiro!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral para prestar esclarecimentos.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Passe a manifesta má disposição do Sr. Deputado Carlos César, a qual eu não comento nem respondo, eu queria prestar um brevíssimo esclarecimento ao Sr. Deputado Fernando Lopes.



Sr. Deputado, quando referi aqui a questão de ter ou não ter nascido nos Açores, isso não tinha minimamente a ver com este ridículo aparte do Sr. Deputado Carlos César de que isto é uma questão étnica. Não!

Mais uma vez o Sr. Deputado Carlos César, enfim, daqui a pouco há-de ficar mais bem disposto.

No entanto, gostaria de dizer a V. Ex<sup>a</sup>. que não é isso que está em causa. E não me referi a nada a partir de 1974, mas sim muito antes.

Portanto, queria dizer-lhe que quem nasceu e quem viveu nestas ilhas sempre e quem passou muito sacrifício e assistiu muitas vezes, mesmo ao longo da nossa História semi-recente, à morte por fome e por falta de assistência médica, sente de alguma forma as dificuldades por que este povo passou ao longo de 500 anos. E é com alguma satisfação que nós vemos muitas dessas dificuldades serem ultrapassadas e é isto que nos anima, ou seja, continuar a lutar para que estas terras sejam um sítio onde valha a pena viver cada vez melhor.

Era só isto, Sr. Deputado.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Gil Ávila para uma intervenção.

**Deputado Manuel Gil Ávila (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Quem não gostaria de realizar mais obras, ter mais verbas para a educação, saúde, cultura e tudo o mais que a nossa Região ainda vem sendo carenciada?

Com certeza que o PSD seria o mais beneficiado com isso, porque logicamente sendo o partido que está no governo, ainda mais impacto político teria junto dos seus eleitores.

Mas o PSD continua a ter por objectivo, e sempre o terá, não embarcar em ilusões, em falsas promessas porque isso sim o Povo dos Açores não quer.

Não vale continuarmos a insistir que queremos mais verbas, porque todos nós sabemos que o que existe é o que está no Plano e Orçamento, por conseguinte "contra factos não há argumentos".

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dizer-se que é o Plano possível, é lógico e claro, porque se o disséssemos ao contrário aí sim estaríamos tentando iludir-nos.

Os Deputados do PSD sabem muito bem o que os Açores ainda necessitam para o seu desenvolvimento que queremos e a que temos direito.

Mas os Deputados do PSD também sabem que existem prioridades e que essas prioridades têm de ser vistas e analisadas conforme as verbas existentes.

De que vale neste Plano inscrever-se verbas em investimentos que à partida sabemos que não irão ser iniciadas em 1995?

Aí, sim, a oposição teria razão em criticar-nos.

Mas, Srs. Deputados da oposição, nós já percebemos as vossas preocupações irrealistas.

É claro, que se o governo atendesse às vossas reivindicações estaria ajudando-vos a sonhar mas comprometendo o futuro da nossa Região.

Não queremos isso. Nós apenas queremos colaborar para o desenvolvimento da nossa Região dentro das possibilidades financeiras existentes.

Não queremos ser criticados futuramente por termos aprovado um plano que afinal não era um plano realista mas sim um plano de ilusões, um plano enganador.

O Grupo Parlamentar do PSD já o afirmou por diversas vezes e continuará a afirmar que propostas de Plano apresentadas nesta Casa, terão que ser propostas exequíveis, porque quando assim não for seremos nós próprios a propor alterações a esses mesmos planos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Deixem a crítica fácil, deixem de uma vez por todas de tentar, com algumas operações matemáticas, iludir as pessoas, Srs. Deputados da oposição.

É que, quando é para dizerem que as verbas propostas, para os planos e orçamentos, são poucas, arredonda-se as mesmas por defeito, mas quando querem criticar a dívida da Região arredonda-se imediatamente por excesso.

Srs. Deputados da oposição, não foi para isso que alguns eleitores, talvez menos esclarecidos, os elegeram.

*(Risos do Presidente do Governo Regional).*

E já deviam ter aprendido a lição que lhes foi dada nas últimas eleições autárquicas, para não falar nas legislativas. Quando pensavam "isto agora é que vai de vento em popa" os Açorianos arrearam a vela e o naufrágio foi repentino. E tudo isto porque afinal o tal rigor de gestão, as ideias inovadoras o resolver todos os problemas das localidades, nada foi cumprido, antes pelo contrário, começava-se em declínio. Naturalmente, nós os Açorianos ainda sabemos ver e muito bem, quem trabalha e quer o nosso desenvolvimento.

E como é lógico principalmente o Partido Socialista, nunca nos perdoará as sucessivas e constantes derrotas eleitorais a que tem sido submetido, mesmo que, para nos contrariar todos os anos nas discussões das diversas propostas de plano e orçamento, dizerem que no próximo acto eleitoral o Povo dos Açores não nos perdoará.

Srs. Deputados da oposição, o Partido Social Democrata não quer perdão, porque afinal nada de mal fizemos para sermos perdoados, antes pelo contrário, queremos sim, é continuar a submeter-nos aos diversos actos eleitorais, sempre dizendo aos Açorianos o que queremos para os Açores. Ou seja, que queremos um desenvolvimento realista, sério, honesto e acima de tudo com acções exequíveis.

**Presidente do Governo Regional** (*Mota Amaral*): Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** São estas, Srs. Deputados da oposição, as regras e o segredo que tem feito e sempre farão o Partido Social Democrata ganhar eleições e ser maioria.

Por tudo o que afirmei, por saber que dentro do quadro financeiro existente e com algumas alterações introduzidas fizeram desta Proposta de Plano e Orçamento para 1995 um Plano realista, votarei favoravelmente, para o bem da nossa Região.

Muito obrigado.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo).*

**Presidente:** Tem a palavra a Sr<sup>a</sup>. Deputada Nélia Figueiredo para uma intervenção.

**Deputada Nélia Figueiredo** (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste período dedicado pela Assembleia Legislativa Regional à análise do Plano e Orçamento para o ano de 1995, é de vital importância tecer algumas considerações sobre o conteúdo do mesmo no que respeita à Ilha de St<sup>a</sup>. Maria.

Aquando da visita à Ilha em Outubro passado, o Governo Regional divulgou num comunicado final o seguinte:

"O Governo Regional consignou na Proposta de Plano para 1995 mais 700 mil contos, montante que quase duplica a verba inicialmente prevista para o mesmo período."

Ao ter conhecimento deste facto, fiquei com alegre expectativa de que o Governo, com esta quase duplicação de verbas, pretendia contribuir para o implemento de medidas que visassem solucionar a grave situação em que se encontra o tecido económico da Ilha.

No entanto, quando tive acesso aos documentos agora em análise gorou-se-me a expectativa ao constatar que afinal, 72% da verba orçamentada visa o pagamento dos trabalhos relativos reabilitação da rede viária, obra que depois de ter saltitado do Plano a Médio Prazo anterior para o actual, e de neste já te sofrido um interregno significativo, lá reiniciou, finalmente, em meados do ano em curso.

Acresce ainda que o relatório de execução relativo ao período compreendido entre Janeiro e Setembro de 1994, apresenta no programa "**Transportes Terrestres**" uma execução de 99.8%, donde se depreende que parte do quantitativo agora orçamentado é para pagamento de trabalhos efectuados no corrente ano.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Afinal o reforço anunciado para 1995, pretende quase tão só financiar os investimentos atrasados e não implementar novos investimentos.

Mais uma vez as directrizes que norteiam as opções do Governo em relação à Ilha de St<sup>a</sup>. Maria excluem o desenvolvimento de medidas que colmatem os problemas cuja resolução tem sido consecutivamente adiada.

Alguns dos programas apresentam dotações insuficientes para as acções que preconizam. Outros, por seu lado, nem têm inscritas as acções que urge realizar.

No âmbito do programa "**Juventude**", parecem invisíveis os apoios concedidos aos jovens nas áreas de apoio aos jovens empresários e de apoio à habitação para jovens.

Numa ilha onde a escassez de emprego se faz sentir de forma flagrante, tem-se vindo a acentuar a saída dos jovens que buscam noutros locais o emprego que lhes falta.

Os apoios acima descritos, se dotados de montantes significativos, podem ser pequenos contributos para a resolução de um problema tão complexo e por isso mesmo não se esgota aí.

#### Programa de Equipamentos Escolares

Embora o Governo tenha investido nesta área, continuam a existir escolas do Primeiro Ciclo do Ensino Básico, sobretudo nas zonas rurais que ainda não foram contempladas com novos equipamentos.

É necessário que se proceda à sua substituição, de modo a fornecer aos docentes e discentes meios mais consentâneos com as novas correntes pedagógico-didácticas.

No âmbito da segurança social, continuam a não ser consideradas a criação de infraestruturas que reputamos de importantes para a dinamização e apoio de actividades sócio-culturais da comunidade.

Referimo-nos, concretamente, à construção dos Polivalentes de Almagreira e St<sup>a</sup>. Bárbara.

Ainda inserido neste programa é de realçar a necessidade de se efectuar a criação de um lar e centro de saúde para a 3<sup>a</sup> idade, dado que o novo centro de saúde não poderá continuar a receber os idosos que não possuem família ou se encontram dependentes de apoios de terceiros.

#### Programa de Defesa e Preservação do Património

O património histórico e arquitectónico mariense tem vindo a degradar-se, sem que se tomem medidas rápidas e eficazes, no sentido de inverter a situação.

O núcleo classificado denominado "Zona Antiga de Vila do Porto", necessita urgentemente que o Governo dinamize as acções de sensibilização que prometeu efectuar a quando da apresentação do **Plano de Salvaguarda**, de modo que os proprietários dos bens imóveis existentes naquela zona fiquem cientes da importância arquitectónica, histórica e cultural daquele núcleo, criando nos mesmos a vontade de preservar algo que atesta a estruturação e humanização do espaço nos primórdios do povoamento e que o tornam, por isso, parte integrante da nossa identidade cultural.

É também imperativo que o Governo inscreva nos planos que elabora verbas que garantam aos interessados a possibilidade de obterem os apoios previstos no Decreto Regulamentar N° 17/93/A, de 28 de Dezembro.

Estranhamente, o que se constata é que para o ano de 1995, o Governo não contempla nas verbas desagregadas um único centavo ao programa de Defesa do Património relativo à Ilha de St<sup>a</sup>. Maria. Retirando-lhe mesmo a parca quantia de 650 contos que estavam previstos no Plano a Médio Prazo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Passando agora à análise do programa "Agricultura", vemos que o mesmo peca das insuficiências existentes nos anteriores.

Da construção da Casa de Matança, nem se fala.

Em relação ao apoio à abertura de um furo para fornecimento de água à lavoura, nada se diz. No entanto, este é fundamental dado que os níveis de pluviosidade da ilha, regra geral, são muito reduzidos e que por isso os agricultores debatem-se, ano após ano, com carência de água, o que dificulta, sobremaneira, a sua actividade.

O programa de Transportes Marítimos continua a apresentar uma verba irrisória de 10 mil contos, quando é conhecido de todos que o molhe/cais de Vila do Porto necessita de um reforço urgente, de modo a evitar que aquela infraestrutura sofra danos que a tornem inoperacional o que, a acontecer, terá graves repercussões na economia da ilha.

Em conclusão, podemos afirmar que este Plano veio novamente frustrar as expectativas dos marienses, fazendo com que uma vez mais, as suas aspirações fiquem adiadas.

Resta-nos, enfim, esperar, para ver se no Plano de 1996 se concretizam as acções resultantes dos estudos que o Governo certamente irá promover, dando cumprimento ao anunciado a quando da visita oficial à ilha em Outubro último.

Disse.

*(Aplausos da bancada do PS).*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma intervenção.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma Ilha como as Flores, com apenas 4 mil habitantes, com muitos estrangulamentos sociais e económicos, muito afastada dos centros de decisão e com uma população na dependência quase exclusiva da agro-pecuária, a qual foi e continua a ser de subsistência, naturalmente que é muito vulnerável a qualquer alteração, seja de que natureza for.

É por isso que com a recente desactivação da Estação Francesa de Medidas, o desmantelamento da Estação Rádio Naval e uma errada política levada a cabo pela ANA, EP, com a transferência de parte dos seus trabalhadores para fora da ilha e o encerramento de serviços do aeroporto, cuja finalidade é a entrega do mesmo ao Governo Regional, a ilha sofre profunda crise, a qual é ainda agravada pela crise geral que se sente a nível regional, com o agravamento de muitos problemas sociais e económicos.

Perante esta situação, natural seria que o Governo Regional, se estivesse atento e interessado, procurasse dar resposta aos problemas, tendo em conta as especificidades próprias da ilha e a acumulação dos factores negativos verificados nos últimos tempos. E a hipótese possível de minorar essa evolução negativa e sustentar alguns problemas sociais, seria um aumento do investimento público. Por um lado, dinamizando a economia e, por outro, mantendo e até aumentando postos de trabalho e resolvendo situações conducentes ao desenvolvimento da ilha.

Acontece, infelizmente, que a postura do Governo Regional é exactamente contrária àquilo que devia ser. Perante a situação e os problemas referidos, o Governo Regional em vez de aumentar o investimento público nas Flores, pela análise do Plano e Orçamento para 1995, verifica-se que haverá uma diminuição drástica do investimento público, o que agravará ainda mais a situação actual. Esta situação ainda é mais caricata, porquanto continuamos a necessitar de um número elevado de infraestruturas. AS iniciadas estão paradas e o Governo Regional, no passado, comprometeu-se a levar a cabo um conjunto de investimentos, os quais não foram efectuados. Na Proposta de Plano em análise, ainda não estão contemplados.

Embora sem querer ser exaustivo, porque o tempo de que dispomos não o permite, vamos citar algumas dessas infraestruturas com os quais os governantes regionais acenaram aos florentinos, algumas desde há muitos anos, outras em vésperas de eleições e para as quais em 1995 não disponibilizam meios financeiros para as levar a cabo.

Num anexo ao PMP 89/92 referia-se a construção de novas unidades de abate.

Um ofício da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas de 11/12/91, em resposta a um requerimento que tínhamos feito, dizia e cito:

**"O projecto da casa de matança das Flores está em fase de elaboração prevendo-se o lançamento do concurso da obra para final de 1992";**

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** Há-de ser para o ano!

**O Orador:** Neste plano, refere-se o início da construção do matadouro (Proposta do Plano, Programa 1 - Agricultura, págs. 40). Mas a realidade é que a obra não foi a concurso depois das eleições regionais de 1992, como a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas prometia.

**E, desafiamos daqui o Sr. Secretário Regional para nos informar quando efectivamente irá pôr a obra a concurso.**

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** Para o ano, se o Sr. estiver vivo, vai ver!

**O Orador:** Duvidamos que durante a vigência da actual proposta - 1995 - os florentinos vejam iniciar-se a obra do seu matadouro. Eu gostaria que o Sr. Secretário me confirmasse exactamente isso.

*(Aparte inaudível do Presidente do Governo Regional)*

**O Orador:** Aliás, será de lembrar que também os portos pesqueiros da ilha, há muito deviam ter sido arrançados e melhorados e não foram; em portos onde é normal ser descarregado peixe, continua a não haver qualquer instalação condigna para a lota, etc., etc.

Quanto ao ensino, cada vez se torna mais urgente que se implemente na ilha os 10º, 11º e 12º anos de escolaridade. Que se criem condições para a fixação de professores.



Como diversas vezes temos afirmado, consideramos necessário que nas Lajes seja criada uma escola onde sejam leccionados os 6º e 7º anos de escolaridade.

Quanto ao turismo, apesar do dinheiro já gasto pela Região com a Residencial da Siturflor, apesar da obra estar quase concluída, apesar do estado de abandono em que já se encontra, apesar de estar em construção há alguns anos, apesar de já nem tão pouco ser necessário o desenvolvimento turístico da ilha, ainda não será em 1995 - segundo cremos - que de uma vez por todas se vai continuar esta infraestrutura.

Para o Governo Regional, a Residencial da Siturflor vai continuar "**em construção**", num desrespeito total para com os dinheiros públicos.

Para o PCP/Açores ela deve ser urgentemente terminada e, se se entender que ela já não é necessária ao sector do turismo, há que reconvertê-la, de modo a ser útil e devidamente aproveitada. Assim o exige o facto de ter sido construída com dinheiros quase exclusivamente públicos.

Apesar da procura que se verifica por parte de muitos jovens interessados em fazer campismo e embora seja um investimento relativamente pequeno, não se equaciona a necessidade urgente de um parque de campismo nas Flores.

**Secretário Regional do Turismo e Ambiente** (*Eugénio Leal*): Isso é da responsabilidade da Câmara Municipal.

**O Orador:** A pousada das Lajes, encerrada pelo Governo Regional que necessitou dela para apoio às obras do porto, continua encerrada num concelho onde não existe qualquer hotel ou residencial. O Governo Regional tem a obrigação moral de a reabrir de imediato.

Na proposta de Plano inscreve-se 1 milhão de contos para o porto das Flores; esse dinheiro seria bem necessário para parque de contentores, de combustíveis, de gado, para rede de frio, etc., mas em vez disso, destina-se ao pagamento de dívidas! Os 150 mil contos do Programa 15, destinados ao aeroporto, também se destinam a pagar dívidas a obras já feitas.

No programa 16 - "Apoio aos Transportes" - o Governo propõe-se conceder apoios destinados à modernização das frotas de transportes colectivos de passageiros. Nada temos a opor, bem pelo contrário. E estes apoios são bem necessários **enquanto o Governo Regional** dever importâncias tão elevadas como deve a estas empresas. Só

à Federação de Municípios das Flores, a Secretaria Regional da Educação e Cultura, em transportes escolares, devia em Outubro 12 milhões, 270 mil 935 escudos! É demais.

**Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Aurélio da Fonseca*): Já está pago!

**O Orador:** Com a transferência do fornecimento de energia eléctrica da Federação dos Municípios para a EDA, os florentinos apenas passaram a pagar muito mais caro um serviço que continua igual. Em nosso entender, de nada serviram os estudos referentes ao aproveitamento dos recursos hídricos das Flores, se isso não corresponder a melhorias nesse aproveitamento.

Numa ilha como as Flores - a abundância da água é de todos conhecida - com os apoios existentes por parte da Comunidade Europeia relativamente às energias alternativas, é incompreensível que não se tenha equacionado o aproveitamento hídrico da ilha e que se continue a utilizar quantidades elevadíssimas de combustíveis para a produção de energia.

Quanto ao ambiente, queremos reafirmar que para o PCP/Açores é condenável que numa ilha como as Flores, o Governo Regional continue sem se preocupar com o controle de eutrofização das lagoas e deixe que a Rocha dos Bordões se degrade cada vez mais.

Relativamente à defesa e preservação do património, Programa que não tem qualquer verba desagregada para as Flores, quero reafirmar que a Casa da Baleia de St<sup>a</sup>. Cruz continua a deteriorar-se e que o Governo Regional iniciou há anos a sua recuperação. Não será ainda em 1995 que essa recuperação vai continuar.

Quanto à Comunicação Social, queremos denunciar o facto do Governo Regional permitir que nas Flores, durante todo o corrente ano, a difusão da RTP/Açores se faça utilizando meios provisórios, com anomalias diversas, sem que nada seja feito para que a empresa responsável pela difusão do sinal, seja obrigada a fazê-lo em devidas condições como é seu dever. Continuamos com zonas escuras onde o sinal de TV ainda não chega, e não está contemplado qualquer apoio à sua eliminação nesta proposta de Plano.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Quando se analisou o PMP na Comissão Especializada Permanente foi entregue pelo Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social um documento onde se anunciava a construção do Polivalente das Lajes e da Fajã Grande; o Polivalente das Lajes é uma das muitas obras paradas e esteve parada durante quase todo o ano; quanto ao da Fajã Grande ainda nem começou.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Com o nº 1364 e datado de 24/07/92 foi endereçado ofício ao Sr. Presidente desta Assembleia, em resposta a requerimento que apresentámos e, do qual, destacamos o seguinte:

"Encarrega-se S. Ex<sup>a</sup>. o Presidente do Governo de transmitir a V. Ex<sup>a</sup>. que por informação da Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas, já foi elaborado o levantamento batimétrico da área de mar do Porto de St<sup>a</sup>. Cruz das Flores

O Gabinete projectista Consulmar está a elaborar o projecto de recuperação do Porto das Poças - St<sup>a</sup>. Cruz para utilização futura como **marina**" - fim de citação.

De acordo com o vislumbrado nesta proposta do Plano, é mais um projecto guardado num gabinete qualquer do Governo Regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Porque é que o Governo Regional, nas vésperas de eleições regionais, criou expectativas às populações com documentos escritos, como os que temos vindo a citar, e durante este mandato esquece, pura e simplesmente, os compromissos assumidos?

Sejam homens de palavra, porque isso exige a população desta Região!

Podíamos continuar a citar, em relação às Flores, compromissos assumidos anteriormente, como:

- a recuperação das estradas que se encontram altamente degradadas.
- apoio à habitação, etc., etc.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

É fundamental atender às especificidades de cada uma das parcelas da nossa Região.

AS ilhas mais pequenas e mais afastadas, através da política desenvolvida por este Governo Regional, estão a desertificar-se e correm perigo iminente.

As populações exigem mudança.

Disse.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas** (*Adolfo Lima*): Isso não é verdade!

**O Orador:** É a realidade!

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas** (*Adolfo Lima*): Eu vou demonstrar que o Sr. é um ingrato!

**Presidente:** O Sr. Subsecretário Regional da Comunicação Social pede a palavra com que finalidade?

**Subsecretário Regional da Comunicação** (*Joaquim Machado*): Para pedir um esclarecimento, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Subsecretário Regional da Comunicação** (*Joaquim Machado*): Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Pedi a palavra para solicitar um esclarecimento ao Sr. Deputado Paulo Valadão, na sequência da sua intervenção, na parte que se relacionou com a cobertura televisiva da Ilha das Flores.

A pergunta, muito objectivamente, é esta:

- Que intervenção sugere o Sr. Deputado que possa fazer o Governo Regional relativamente às condições de recepção do sinal de televisão na Ilha das Flores?

Este é o primeiro esclarecimento e o segundo é no sentido de lhe perguntar que evolução se verificou este ano, em matéria de cobertura televisiva, na Ilha das Flores?

**Presidente:** O Sr. Deputado Carlos Silva pede a palavra para?

**Deputado Carlos Silva** (*PSD*): Para pedir esclarecimentos, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Carlos Silva** (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Quando se referiu ao matadouro das Flores fez uma interrogação. E quando se referiu à Siturflor fez uma afirmação.

Parece que o Sr. Deputado não terá lido o Plano para 1995, uma vez que estão contempladas verbas no mesmo para essas duas infraestruturas.

O matadouro vai ter início no próximo ano e a Siturflor também tem verbas previstas para terminar as obras.

Referiu que no Plano existem verbas de 1 milhão de contos para o porto das Flores e 150 mil para o aeroporto. A pergunta é simples, Sr. Deputado:

- O Sr. Deputado prefere ver essas obras incluídas no Plano para pagamento das obras já feitas, ou prefere não ter as obras feitas e o dinheiro no Plano?

Era só isto.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou ser rápido, porque o tempo assim o exige.

Em relação ao Sr. Subsecretário, melhor do que eu, ele certamente sabe o que é que se passa relativamente ao modo como o sinal de TV está a ser transmitido na Ilha das Flores. E tem também consciência de que quem contribuiu para que o sinal lá chegasse, foi a Região. E quanto a isso estamos todos de acordo. Penso que foi uma acção positiva. No entanto, essa contribuição do Governo implica responsabilidades ao mesmo, porque não se pode permitir que seja qual for a empresa faça uso e abuso das pessoas, como se está a passar em relação à transmissão do sinal na Ilha das Flores, que continua - reafirmo - a ser transmitido de forma provisória, a partir do acidente que lá houve na transmissão.

Em relação ao Sr. Deputado do PSD, é evidente que todos nós desejamos que as obras estejam concluídas. Aquilo que foi gasto nas Flores foi gasto e é óptimo que o tenha sido. E que o Governo Regional pague as dívidas, sempre o dissemos e continuamos a dizer, honrem os seus compromissos. É esse o nosso desejo. No entanto, e em relação às necessidades existentes nas Flores, elas são óbvias. Aliás, nós provámos que o Governo Regional em anos anteriores, inclusivamente antes das eleições regionais, através de documentos escritos que nós citámos, falou em determinadas obras que não acreditamos que avancem com aquela velocidade que seria desejável.

**Presidente:** O Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente pediu a palavra para?

**Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal):** Sr. Presidente, é para simultaneamente pedir e dar um esclarecimento.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Secretário Regional do Turismo e Ambiente** (*Eugénio Leal*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Paulo Valadão na sua intervenção, a determinada altura, referia que o investimento da obra Siturflor estava praticamente concluído, faltando apenas os arranjos exteriores. E é mais ou menos isso. Aliás, já havia referido isso numa intervenção anterior feita nesta Câmara. Porém, gostaria ainda de dizer-lhe que a verba inscrita no Plano e que é de 90 mil contos, é suficiente para fazer os arranjos exteriores a fim para concluir a obra.

Por outro lado, o Sr. Deputado refere que a Residencial da Siturflor já não vai ser precisa para o turismo. e de seguida, exige que a Pousada das Lajes das Flores esteja aberta. Ou seja, numa perspectiva de desenvolvimento do turismo da Região, e no caso concreto de ilha, o Sr. Deputado acha que o desenvolvimento deste sector deve ser feito numa política regional ou numa política de ilha?

**Presidente:** O Sr. Subsecretário Regional da Comunicação Social pediu a palavra para?

**Subsecretário Regional da Comunicação Social** (*Joaquim Machado*): Para fazer um protesto, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Subsecretário Regional da Comunicação Social** (*Joaquim Machado*): Sr. Presidente, Sr. Presidente e SRs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

A razão do meu protesto prende-se com a forma injusta, não verdadeira e portanto também deselegante, como o Sr. Deputado Paulo Valadão se referiu à passividade do Governo relativamente à Empresa Portugal Telecom que é a responsável pela qualidade do sinal de televisão que é colocado na Ilha das Flores. Exactamente porque já por duas vezes, tive oportunidade de informar o Sr. Deputado, em comissão parlamentar, das diligências feitas pelo Governo Regional junto desta Empresa...

**Deputado Paulo Valadão** (*PCP*): E os resultados?!

**O Orador:** ... para esse efeito.

Portanto, os resultados que derivam dessas diligências, e até do esforço que se deve reconhecer que essa Empresa tem feito para solucionar o problema, não podem ser imputados ao Governo.

De resto, o Sr. Deputado, habitualmente, vê só desgraças na sua ilha, é incapaz de identificar aspectos positivos e omite-os com muita facilidade. Aliás, fê-lo aqui uma vez mais, na sequência do pedido de esclarecimento que lhe fiz, pois omitiu que neste ano de 1994, na Ilha das Flores entraram em funcionamento mais três retransmissores, a saber, na Fajãzinha, na Fajã Grande e no Mosteiro, permitindo portanto, que a qualidade de recepção e de acesso ao sinal de televisão em algumas localidades da ilha pudesse ser melhorado.

Por outro lado, omitiu também que no próximo ano existem perspectivas para que também em P. Delgada, como de resto tem conhecimento que os trabalhos estão a decorrer, possa beneficiar de melhores condições de cobertura televisiva.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos, e naturalmente contraprotestar, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, é apenas para prestar um esclarecimento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Tenho que ser telegráfico, porque o tempo é pouco.

Em relação à televisão e à micro-cobertura, Sr. Subsecretário, os florentinos não podem saber se houve ou não melhoria, dado o modo como o sinal central está a ser transmitido. Esta é a realidade e outra coisa não se poderá dizer.

Relativamente às diligências de V. Ex<sup>a</sup>., as mesmas têm-se revelado ineficazes e já lá vai um ano.

No que se refere ao problema do turismo, é evidente que o olhar para o desenvolvimento turístico regional não pode ser impeditivo de se olhar pelo desenvolvimento a nível de ilha e a nível de cada concelho.

Sr. Secretário, era importante que a Pousada das Lajes, naquele concelho, estivesse aberta, para que as pessoas que por lá passam pudessem alojar-se.

**Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal):** Política concelhia!

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia.

**Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia**

*(Gaspar da Silva):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Vamos entrar no 3º ano de mandato do Governo Regional com uma nova dinâmica, esperança e ideias renovadas para o futuro, com o sentido de melhor fazer, e a intenção de bem cumprir.

Presidente do Governo Regional (Motas Amaral): Muito bem! Muito bem!

Vamos prosseguir com objectivos muito claros em relação ao desenvolvimento dos Açores, e a fazer por continuar a merecer a confiança do povo açoreano, que nas eleições livres e democráticas de Outubro/92, nos confiou um mandato que estamos a cumprir na senda de outros, que também foram de sucesso.

Estamos continuando a cumprir o programa de Governo, cujo povo já bem ajuíza esta 1.ª parte do mandato, e que novamente decidirá dentro de um período já inferior a dois anos, do que será o destino dos Açores até ao final do século.

Com a discussão do Plano e Orçamento para 1995, inicia-se a segunda e última parte do cumprimento de um conjunto de acções que continuarão a dar forma ao projecto autonómico e a plena realização do povo açoriano.

Realização essa, que deve continuar a ser bem analisada no próximo ano de 1995, em que se comemorará a aprovação do 1º Estatuto de Autonomia Política dos Açores .

Nas áreas que nos estão confiadas, vamos continuar a trabalhar num conjunto de projectos e acções que continuarão a evidenciar o progresso dos Açores.

Para além duma enorme vontade de cumprir e vencer obstáculos, vamos novamente mobilizar uma vasta equipa de colaboradores a vários níveis, que até agora não se têm poupado a esforços no sentido do cumprimento do dever, com grande espírito de acção, num conjunto de compromissos vastos, em áreas diversificadas.

Na área da Juventude, iniciaremos o cumprimento dos projectos e acções que a abrangem, com um profundo respeito por aquilo que esta representa e significa, e por toda a sua razão de ser como suporte do nosso futuro.



A Juventude tem uma componente biológica, que a coloca num nível preciso da curva de evolução da vida, e entre a distância dos extremos; **infância e velhice**.

Tem naturalmente uma vertente demográfica e está condicionada por situações sociais, mais ou menos dinâmicas, que influenciam os factores biológicos e demográficos.

Em certos momentos históricos a juventude apresentou um protagonismo reivindicativo, que embora nem sempre conduzindo à realização de mudanças radicais, criou condições de pressão para que algumas mudanças acontecessem .

Por isso, será cada vez mais preciso auscultar os jovens e os seus representantes.

A família por seu turno terá sempre de desempenhar um lugar de relevo na formação do jovem, por ser ela a primeira transmissora dos valores, das ideias, dos estilos de vida, dentro dum contexto afectivo e de íntima relação.

Ela prepara o "ser biológico" para tornar-se "ser social".

A política de Juventude que o Governo Regional tem implementado e vai continuar a implementar em 1995, continuará a enquadrar-se nos princípios e ideias que atrás referi e ser fortemente participada pelos jovens.

Faço por isso .ponto de honra, na dignificação do órgão de consulta privilegiado das associações juvenis e seus representantes, que é o Conselho Consultivo Regional de Juventude.

É do debate e da auscultação que nasce a criação e o aperfeiçoamento dos instrumentos de política de Juventude de modo a obter-se uma política global e integrada, sempre com o objectivo prioritário de facultar aos jovens, os meios potenciadores do desenvolvimento da personalidade bem como da sua integração plena na vida- colectiva.

A Ocupação dos Tempos Livres tem constituído o programa de maior abrangência, e o seu crescimento tem sido assinalável embora gradual e sustentado.

O OTLJ como é vulgarmente conhecido, passou em 4 anos dos 3.100 jovens ocupados em 411 projectos, para 9.000 jovens ocupados em 770 projectos, o que demonstra não só o esforço de financiamento do Governo, mas sobretudo a extraordinária adesão dos jovens açorianos de todas as ilhas sem excepção.

Em 1995, prevejo atingir os 9.500 jovens em aproximadamente 800 projectos.

O apoio à habitação para jovens é por seu turno o reflexo do entendimento do Governo Regional, face à pequena comunidade que é a família.

Nos últimos 2 anos foram apoiados mais de 1.000 jovens casais no âmbito do SAFIN e do programa de apoio à aquisição de casa própria, o que representou um investimento nos apoios complementares de cerca de 300 mil contos e em 95 todos os apoios manterão a mesma filosofia de implementação até agora seguida.

Em 1995 será finalizado todo o processo de financiamento do Sistema de Incentivos a Jovens Empresários, e enquadrado o novo Sistema de Incentivos, no SIRA, o que permitirá dar resposta à enorme adesão verificada no anterior sistema. Nos Açores, com os 86 projectos apresentados triplicamos a taxa de adesão nacional.

No 1º trimestre de 1995 serão abertas duas pousadas de Juventude, que irão garantir uma oferta de 140 camas nas ilhas de S. Miguel e Terceira, às quais se juntarão no futuro mais 60 da futura Pousada da Horta cujo projecto se irá desenvolver ao longo do próximo ano.

O turismo e a mobilidade Juvenil continuará em 1995 a poder utilizar 3 programas de intercâmbio, com áreas geográficas distintas, R.A. Açores, Continente Português e Comunidade Europeia.

O associativismo Juvenil, entendido pelo Governo Regional como uma excelente escola de relacionamento solidário e humano, verá reforçado as componentes de apoio.

As associações Juvenis têm demonstrado pujança, e forte capacidade de realização e por isso mesmo, traduzem a vontade da nossa juventude em participar como importantes parceiros na reforma de mentalidades, contribuindo simultaneamente para valores e da identidade açoriana.

Paralelamente são veículos privilegiados para a prevenção primária das toxicodependências.

É que "prevenção primária" não é falar de droga, mas sim possibilitar aos jovens alternativas saudáveis de vida. A dependência não é uma opção de vida, uma escolha, é antes uma incapacidade de encontrar caminhos alternativos.

Simultaneamente e no âmbito do Núcleo Regional dos Açores do Projecto VIDA, pretendemos dar largos passos em 1995.

A prevenção secundária não será descurada, e já se estabeleceram contactos com o Gabinete do Alto Comissário para o Projecto VIDA, para a implementação de uma imunidade Terapêutica nos Açores.

Serão igualmente financiados projectos de "prevenção Primária e Terciária" implementados por IPSS e ONGS (organização não governamentais).

Vamos dinamizar em 1995 a implementação dum "Gabinete de Informação, Apoio e Prevenção à Toxicodependência.

Quero continuar a trabalhar entusiasmadamente nesta e em todas as acções previstas pelo Programa 12 JUVENTUDE, solicitando a colaboração de todos. É que todos nunca seremos muitos para potenciar uma geração que "nem enrascada é" antes pelo contrário, a mesma necessita, é da nossa profunda compreensão, para potenciamento das suas plenas capacidades.

Um dos indicadores mais reveladores das dificuldades que afectam as economias é fornecido pelas oscilações que aquelas também provocam nos níveis de emprego.

Não tem surpreendido por isso, que os Açores tenham conhecido, sobretudo em 1994, taxas de desemprego de valores superiores às habituais, estas então de carácter meramente friccional.

Inequivocamente, contribuiu também para isso o acentuado desaceleramento da actividade da construção civil, e nesta, do sector das obras públicas.

Segundo os últimos dados disponíveis no 2º Trimestre de 1994, numa população total de 236.409 pessoas na Região, a população activa abrangia 94.760 pessoas, com uma taxa de actividade de 40%, encontrando-se ocupada 18,5% no sector primário, 24,7% no secundário e 56,8% no terciário. Dos 6.112 desempregados inscritos nos Centros de Emprego da Região, em Outubro de 1994 fixava-se em 1.197 o número de candidatos ao 1º emprego e em 4.915 os candidatos a novo emprego, dos quais 2.304 se encontravam a receber subsídio de desemprego, sendo 1.398 homens e 906 mulheres.

Deverá, contudo, ter-se em conta que, face ao acréscimo de inscrições nos Centros de Emprego, suscitadas pela adesão aos novos programas ocupacionais postos à disposição dos desempregados e dos candidatos ao primeiro emprego, se tornou mais fidedigna e transparente a taxa de desemprego apurada na Região.

Apesar disso temos conseguido manter-nos dentro das mais baixas taxas de desemprego das regiões insulares da União Europeia.

São já visíveis alguns sinais da recuperação. A título de exemplo, refira-se que, entre Janeiro e Outubro de 1993, foram feitas nos Centros de Emprego 1.043 ofertas de emprego, ao passo que, em igual período de 1994, o número de ofertas foi de 1.235, havendo assim uma evolução favorável de 18,4 por cento.

Por outro lado, entre Janeiro e Outubro de 1993, no referente a colocações através dos Centros de Emprego colocaram-se 896 trabalhadores, ao passo que em igual período de 1994, o número de colocações foi de 1.025, que corresponde a um aumento de 14,4%.

Finalmente, em Outubro/93 havendo 168 trabalhadores ocupados em programas de natureza ocupacional, em Outubro/94 haviam 1.054 trabalhadores ocupados nos vários programas ocupacionais, o que equivale a um aumento da ordem de 527% e denota o grande empenho do Governo, na prossecução de medidas de combate ao desemprego pontual, em face das condições climatéricas e uma grande preocupação pelos problemas sociais daí resultantes.

Pode assim dizer-se que por todos os indicadores do mês de Outubro/94 comparado com o mês de Setembro/94 que o precedeu, existem razões para alguma confiança na retoma do emprego, não somente porque o número de desempregados diminui em cerca de 767, ou seja 11,14%, como também esta diminuição se deveu principalmente a uma menor afluência aos Centros de Emprego quer nos candidatos ao 1º emprego bem como nos candidatos ao novo emprego.

Para além disso, continua a verificar-se uma evolução positiva em relação ao número de empresas, estabelecimentos e trabalhadores ao serviço.

Entre 1985/93 houve um aumento de 919 empresas (33,7%); de estabelecimentos em 1021 (28,9%) e 7027 pessoas ao serviço nos estabelecimentos (24,6%).

Ainda entre 192/93 houve um aumento de 1,7% no número de empresas, de 2% no número de estabelecimentos e de 0,6% de pessoas ao serviço destes.

A Secretaria Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia tem tomado as providências mais adequadas e melhor ajustadas as situareis observadas prosseguindo-se medidas de política cujos resultados se têm revelado satisfatórios.

Integrando-se no programa MEFE outros programas que existiam, (PODS, IMT, OTD) conseguiu-se uma melhor racionalizações dos recursos e uma mais correcta intervenção através dos centros de emprego com vista à minimização das dificuldades.

Na vertente **MEFE - ocupacional**, destinada sobretudo aos **candidatos a emprego**, inscritos nos Centros de Emprego, prevê-se que, até final do presente ano, esse novo Programa venha a ocupar. distribuídas pelos sectores público e privado, cerca 680 pessoas, a que corresponderá uma aplicação de fundos de cerca de 300 mil contos.

Persistindo as razões que conduziram à sua criação far-se-à a sua prorrogação por mais seis meses, para além de 31 de Dezembro, com a aceitação de projectos, até meados de 1995, para mais 200 pessoas.

Em situações reveladoras de acentuada carência, dar-se-ão respostas a novas frentes em locais ou zonas críticas onde tal se verifique.

Na vertente **MEFE - sazonais** devido a razões climatéricas, em acções ligadas a actividades no sector primário, que eram ocupados no antigo PODS, a última edição deste programa (Inverno de 1993/94) ainda integrou 550 pessoas, com um dispêndio de 139 mil contos. Neste ano de 1995, na versão **MEFE - Sazonais** que substitui a anterior, estima-se que a mesma venha a registar uma ocupação superior a 600 pessoas, com um suporte financeiro de 150.000 contos, com uma vigência até Março de 1995

No programa **CTTS - Colocação Temporária de Trabalhadores Subsidiados**, que se destina a favorecer a contratação e respectiva reentrada no mundo do trabalho dos desempregados recebedores de subsídio de desemprego, a utilidade deste programa leva a que continue a ser aplicado em 1995.

Prevê-se que, sejam abrangidos neste programa, cerca de 300 trabalhadores subsidiados, que, por vias disso, terão aumentados os seus rendimentos mensais e, sobretudo, verão acrescidas as suas perspectivas de conseguirem um emprego estável, mantendo o sustento dos seus agregados familiares, e por outro lado continuando tarefas de interesse colectivo, da responsabilidade de autarquias, instituições de solidariedade social e entidades públicas diversas.

No **MEFE - Pre-qualificante**, continuaremos a conferir preparação a candidatos ao 1º emprego, com idades compreendidas entre os 18 e 25 anos e com o objectivo de promover uma mais fácil inserção no mundo de trabalho, bem como uma melhor preparação do seu futuro profissional.

Em 1994 abrangemos com este programa cerca de 320 jovens formandos de várias ilhas com um investimento de cerca de 80 mil contos, co-financiados pelo FSE, em cursos compostos por vertentes sócio-culturais, científicas, técnico-tecnológicas e práticas, e formação específica que foram desenvolvidas ao longo de 560 horas de formação durante 6 meses, e cujos resultados são já visíveis em termos de colocação efectiva no mercado de trabalho.

Em 1995, ao abrigo desta pré-qualificação prosseguiremos a sua implementação de acordo com as perspectivas de ocupação, estando já previsto no princípio do ano de 1995 um curso pré-qualificante na ilha do Pico.

Nos programas de criação efectiva de emprego no **PAC, programa de apoio à contratação**, prevê-se que, até final deste ano de 1994, ascenda a 250 o número de postos de trabalho criados, no que se efectuará um esforço de investimento de cerca 148 mil contos.

No programa **E/F - Emprego/Formação**, este destinado a candidatos ao primeiro emprego, que tende a favorecer o incremento do nível de emprego e a melhoria das qualificações para o desempenho das profissões, prevê-se que, até final de 1994, sejam colocados ao abrigo deste programa cerca de 600 jovens, dos quais 200 deverão ficar definitivamente integrados nas respectivas empresas, com o que se estima dispender uma verba de cerca de 100 mil contos, a expensas do Orçamento da Região.

A nova ordem sócio-económica que se vive na Região ditou necessidades de aperfeiçoamento, quanto à metodologia e quanto à implementação, dos Programas "EMPREGO/FORMAÇÃO" e "PAC", para a consecução de uma política de emprego capaz de dar melhor resposta aos novos desafios que a conjuntura impõe.

Assim com base em resolução aprovada no último Conselho do Governo ocorrido já aqui na cidade da Horta!

Será implementado em 1995 um novo dispositivo de intervenção no domínio do Emprego e da Formação Profissional .

Trata-se do "**PROFORME - Programa de Formação e Emprego**", destinado aos candidatos a emprego inscritos nos Centros de Emprego e que visa a concessão de apoios que favoreçam uma inserção mais estável no mercado de trabalho, mas acautelando e garantindo a realização de formação que habilite efectivamente ao bom desempenho profissional.

Está já definida uma quota de utilização deste Programa para 1995, estimando-se que, ao abrigo do mesmo, se promova a criação e ocupação, a título definitivo, de 400 novos postos de trabalho.

No que se refere às "ILF's Iniciativas Locais de Emprego", continuará a ser apoiada, em 1995, a criação de novos empregos dada a resposta exemplar que este programa oferece a casos concretos de desenvolvimento local, descentralizado.

Estima-se que, até final de 1994 sejam criadas, ao abrigo deste programa, 20 novas empresas, com um total de 70 postos de trabalho. correspondendo a um financiamento de 130 mil contos.

Na Integração Sócio-Profissional de Deficientes, este programa já estabilizado e consolidado, a sua aplicação tem-se revelado da maior utilidade no apoio ao emprego de deficientes.

Estima-se que, nas três vertentes deste Programa (**Instalação por conta própria; compensação aos empregadores; e adaptação de postos de trabalho e eliminação de barreiras arquitectónicas**), o montante dos apoios a conceder em 1995 atinja os 40 mil contos.

Tomando por base a experiência proporcionada por este Programa e atendendo às evoluções sócio-económicas verificadas desde a sua criação, vai o mesmo ser revisto em 1995, tendo em vista tornar ainda mais atractivo mais eficaz o recurso a este dispositivo legal de apoio aos deficientes.

Na formação profissional a par da obra, já em curso, vamos dar continuidade à valorização dos nossos recursos humanos, encarando-a sob 3 epígrafes distintas:

Fundo Social Europeu, Centro de Formação Profissional dos Açores e o "MEFE Pré-Qualificante" que já fizemos referência.

Ainda no domínio da formação profissional, refira-se a possibilidade que a Região tem de aceder aos Programas e Iniciativas Comunitárias, de que se destacam o **"ADAPT", o "EMPLOI" e o "LEONARDO DA VINCI"**.

Quanto ao Fundo Social Europeu este instrumento comunitário, na Região incluído no Programa **"PEDRAA"**, é tido como um instrumento inquestionavelmente indispensável na valorização dos recursos humanos e na criação de condições que favoreçam o desenvolvimento dos Açores.

Enquanto o "QCA 90/93" previa uma despesa pública de 6 milhões de contos, e registava, aquando do último ponto de situação, uma utilização da ordem dos 97%, o actual "QCA", que vigorará até finais de 1999, disponibilizará um montante da ordem dos 15 milhões de contos, com co-financiamento do "FSE", para as áreas da formação profissional e fomento do emprego, o que leva a concluir que o sector público e os agentes económicos poderão continuar a contar com este Fundo Estrutural para a valorização dos seus recursos humanos e para a consolidação dos empregos.

Significativo é que, ao longo de 1994, deram já entrada na Secretaria Regional da Juventude, Emprego, Comercio, Indústria e Energia cerca de 300 candidaturas, respeitantes a 401 acções de formação, abrangendo 11.459 formandos e um custo previsto de 2.646.591 contos, tendo já sido aprovadas candidaturas que envolvem 10.198 formandos e um montante que ascende a 2 milhões 795 mil contos. Deste montante, 2 milhões 208 mil contos são contribuição FSE, 267 mil contos sairão do Orçamento da Segurança Social e 320 mil contos sairão do Orçamento da Região.

Estas acções que decorrerão ao longo de 1995, proporcionarão uma maior valorização dos nossos recursos humanos, e consequentes reflexos nos indicadores do nosso pessoal qualificado.

Quanto ao CFPA - Centro de Formação Profissional dos Açores, continuará esta estrutura, a ser um instrumento fundamental na política de formação profissional, do Governo Regional, e um importante pilar ao nível da qualificação e aperfeiçoamento de activos.



Prevemos no próximo ano de 1995 alterar esta estrutura, no sentido de dar novas respostas a novos desafios, e através duma Formação Profissional mais descentralizada.

No ano formativo de 1994/95 atingir-se-ão os 22 cursos, abrangendo cerca de 300 formandos, salientando-se o alargamento a novas especialidades, nomeadamente Práticas Administrativas, Pintura Automóvel e Medidores-Orçamentistas.

Em 1995, com um novo sistema de formação, será instalada, a "APRENDIZAGEM", que será ministrada em regime de alternância.

Pretende-se que a "APRENDIZAGEM" constitua um instrumento eficaz no processo de criação de empregos, devendo conciliar a colaboração dos agentes locais de desenvolvimento, e a motivação e mobilização dos parceiros sociais.

Para a prossecução destes objectivos, terá uma importância fundamental a acção construtiva do Conselho Consultivo do CFPA, recentemente empossado.

Paralelamente prosseguirá a formação contínua dos trabalhadores no activo, assim contribuindo para a estabilidade do emprego e para a viabilização das empresas. No Ano Formativo de 1994/95 serão contemplados com acções de formação de curta duração, mais de 300 tabalhadores, em vários sectores de actividade, ao passo que no ano formativo seguinte, para além das especialidades tradicionalmente contempladas, será alargada a formação a outros profissionais, nomeadamente em domínios onde é exigida a carteira profissional.

O Concurso Regional de Formação Profissional de 1994 que bateu o recorde de especialidades, com 71 profissionais a concorrer a 13 profissões, em 1995, para além do Concurso Regional, surgirá o Concurso Nacional de Formação Profissional e o Concurso Internacional, designado por "Olimpíadas do Trabalho".

para os quais o Governo se empenhará para que os nossos jovens possam mais uma vez, prestigiar-se a si próprios e à Região.

Nos assuntos laborais, as acções conciliatórias em questões de conflitualidade, serão prosseguidas através dos Serviços da Administração do Trabalho, dependentes da Direcção Regional do Emprego.

Continuar-se-á a manter uma efectiva intervenção junto da Comissão Arbitral da Base das Lajes, participando no grupo negociador do respectivo Acordo Complementar.

Desenvolver-se-ão diligências tendentes à harmonização da legislação laboral e exercer-se-ão as competências detidas quanto à Regulamentação Colectiva convencional, continuando a eliminação das zonas brancas a constituir motivo de particular atenção do Governo.

Continuará a apostar-se na paz social, baseada em boa parte no clima de diálogo que se fortalecerá, entre todas as partes interessadas no mundo do trabalho, pela participação no Conselho Regional da Concertação Social .

A Inspeção Regional do Trabalho continuará a conferir especial relevo às acções pedagógicas e coercivas, pugnando pela observância da aplicabilidade do quadro normativo legal em que se desenvolvem as condições de trabalho, merecendo especial destaque o serviço externo no âmbito da saúde, higiene e segurança.

Prosseguiremos no investimento referente à formação e sensibilização, no âmbito da Prevenção, tendo por objectivo a redução da sinistralidade laboral, quer junto dos activos actuais quer junto da futura geração trabalhadora, onde continuará a constituir uma das privilegiadas vertentes da intervenção, o Gabinete de Prevenção de Riscos Profissionais.

No âmbito do cooperativismo, vamos prosseguir para 1995 com a política prosseguida nos últimos anos, em relação aos apoios, à formação e sensibilização da classe cooperativista e áreas abrangidas, tendo em conta, um conjunto de novas questões emergentes das conclusões do último congresso regional, ocorrido recentemente na ilha de S. Jorge, consequente do novo código cooperativo, cujo projecto de Lei está em curso.

**Assumindo o comércio** um papel imprescindível no eficaz funcionamento de mercado, constituindo um factor essencial de resposta rápida e flexível da produção às evoluções da procura, a distribuição vem também desempenhando um papel de crescente relevância no desenvolvimento económico o que é compreensível, na medida em que se requer um entrosamento cada vez maior entre a produção e consumo.

Ultrapassadas as dificuldades de abastecimento com que se deparava frequentemente o comércio nas ilhas de menor dimensão há uma década atrás, mercê da implementação de adequadas infraestruturas de transporte, e atingido um desenvolvimento significativo no comércio mais afastado dos centros urbanos, devido essencialmente à criação de um sistema de incentivos à modernização do comércio rural, o tecido empresarial do sector enfrenta presentemente novos desafios, que têm originado algumas perturbações neste ramo de actividade.

A reconversão operada no parque comercial açoreano durante os dois últimos anos foi principalmente impulsionada pelo SIM - Sistema de incentivos à modernização do comércio, que permitiu uma mudança qualitativa relevante em quase 160 empresas, favorecendo a introdução de processos tecnologicamente mais avançados e de novos modelos de funcionamento e organização.

No seu seguimento, espera-se que o PROCOM-Programa de apoio à modernização do comércio, retentamente implementado nos Açores, dê continuidade e aprofunde as alterações iniciadas com o SIMC, proporcionando o aumento da produtividade nas empresas comerciais, dotando-as de condições organizacionais capazes de assegurar um nível de competitividade sustentado a prazo.

No desenvolvimento que se deseja imprimir ao sector comercial, torna-se imprescindível preservar a coexistência entre as diversas modalidades de comércio, garantindo uma estrutura comercial equilibrada e moderna, e assegurando condições para uma harmonia entre as novas formas de distribuição e o comércio tradicional. Por isso, os auxílios que o PROCOM vai proporcionar micro empresas comerciais revestem-se de particular importância para uma vasta parcela do comércio açoreano, dada a relevante função económico-social que tais empresas desempenham, designadamente ao nível do abastecimento e do emprego.

De destacar aqui a apresentação para breve à ALRA duma proposta de DLR que contemplará um sistema de incentivos de âmbito regional para pequenos projectos situados à nossa dimensão empresarial, que vai constituir um importante instrumento de política de incentivos para 1995 e anos seguintes.

Continuaremos a desenvolver medidas conducentes ao fortalecimento do sector exportador, apoiando as empresas no seu esforço permanente de presença nos

mercados estrangeiros e na procura constante da diversificação dos destinos das exportações, através dos auxílios estabelecidos na Portaria n.º 56/92, de 1 de Outubro. Conscientes de que as associações empresariais devem intervir de forma activa nas tarefas de promoção externa da Região, iremos intensificar a cooperação com a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores neste domínio, nomeadamente na participação em feiras nacionais e estrangeiras, o que constitui um meio privilegiado para a divulgação das nossas potencialidades económicas, esperando-se que esta conjugação de esforços facilite a consecução dos objectivos traçados.

A defesa do consumidor vai continuar a merecer uma especial atenção, pretendendo-se apoiar as estruturas qualificadas que possam eficazmente contribuir para a protecção do mesmo. A este propósito, gostaria de realçar a recente celebração de um protocolo com o Instituto do Consumidor, que visa assegurar uma melhor protecção dos consumidores açoreanos, através do estabelecimento de diversas formas de cooperação com aquele organismo.

Em matéria de política de preços, vamos prosseguir medidas tendentes a uma gradual liberalização nos segmentos de mercado em que se verifiquem condições de funcionamento concorrencial satisfatórias. Para tal, proceder-se-á a um acompanhamento sistemático da formação dos preços, continuando a divulgar aos consumidores, através de publicações periódicas informações respeitantes ao comportamento dos preços contribuindo-se deste modo para uma maior transparência do mercado.

Seguiremos atentamente os reflexos dos benefícios do POSEIMA, que se repercutem directamente nos preços ao consumidor.

**Quanto à indústria açoreana.** esta enfrenta ainda um conjunto de "handicaps" permanentes que se prendem com a pequena dimensão do mercado regional, e a sua dispersão e afastamento quer dos principais mercados de aquisição de factores de produção quer dos grandes mercados consumidores.

Contudo, assistiu-se na última década a uma evolução bastante positiva em matéria de modernização e reestruturação dos estabelecimentos industriais, devido em larga medida aos apoios que têm sido canalizados para o sector. A aplicação de diversos sistemas de incentivos, dos quais se deve salientar o SIBR-Sistema de Incentivos de

Base Regional, veio dinamizar o investimento no sector, proporcionando o aparecimento de projectos de certa envergadura e até mesmo alguma diversificação de actividades.

Nos próximos tempos estamos convictos que o PFDIP II vai continuar a desempenhar uma importância determinante na modernização da indústria regional. O PEDIP II pretende criar um ambiente estimulante da eficiência empresarial, colocando uma especial ênfase nas acções conducentes à promoção da valorização dos recursos humanos, ao acesso atempado à informação, à racionalização dos recursos energéticos, à inovação e à utilização pelas empresas de tecnologias adequadas às actuais exigências de protecção do ambiente.

Também no campo do investimento industrial, refiro novamente o futuro sistema de incentivos regionais (SIRAA) a aprovar em breve neste Parlamento.

A necessidade de modernizar a indústria torna imperativo que se criem nas instituições, infraestruturas e mecanismos básicos destinados a apoiar esse sector, por forma a que se introduzam tecnologias para a concepção e desenvolvimento de novos produtos e processos, a par da interiorização de tecnologias horizontais que permitam reduzir custos, economizar materiais, flexibilizar a produção, controlar a qualidade e aumentar a produtividade. É por isso que o Governo Regional tem dispendido um grande esforço de investimento para dotar de infraestruturas adequadas o INOVA-Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores, como entidade vocacionada para apoiar a indústria local em processos de aperfeiçoamento tecnológico e melhoria da qualidade dos produtos. Ainda há poucos meses, foi criada neste organismo a Escola de Novas Tecnologias, que irá concorrer não só para a valorização profissional dos quadros médios das empresas industriais da Região, como também para a melhoria do nível tecnológico das mesmas. No início do próximo ano, ficará concluído o Laboratório de Metrologia, que poderá facultar às indústrias regionais um importante apoio no controlo de processos e de produtos fabricados. O INOVA será também apoiado em 1995 no âmbito do programa Recite, o qual se tem vindo a promover a transferência de tecnologia para a Região, bem como num projecto de aproveitamento dos fluidos geotérmicos em estufas para o desenvolvimento de certas culturas agrícolas, a implementar no Parque Industrial da Ribeira Grande.

Continuaremos a incentivar um melhor ordenamento industrial, procurando racionalizar a distribuição espacial do aparelho produtivo, através da concessão de apoios a parques e zonas industriais. Por outro lado, iremos reformular a legislação que regulamenta presentemente esta matéria, apresentando para o efeito um projecto de Decreto Legislativo Regional que crie um enquadramento jurídico mais consentâneo com a realidade actual.

Está prevista a reformulação, durante o próximo ano, do cadastro industrial da Região, no sentido de possibilitar um conhecimento aprofundado da estrutura do aparelho industrial, capaz de facilitar a adopção de medidas de organização e apoio ao sector.

Durante 1995, dar-se à continuidade à gestão do programa de apoio às pequenas empresas regionais, recentemente criado com o objectivo de permitir o saneamento financeiro de unidades empresariais do comércio e indústria, descapitalizadas devido às condições de funcionamento do mercado de capitais nos últimos anos. Este programa tem vindo a beneficiar um número considerável de empresas com reduzida dimensão, criando condições favoráveis manutenção de centenas de postos de trabalho.

**O sector energético** assume uma importância estratégica no progresso da Região. A interdependência entre energia e desenvolvimento decorre basicamente de uma relação mútua de causa e efeito, em que a energia exerce simultaneamente o papel de factor básico de produção e bem de consumo indispensável. Por outro lado, o sector energético, pelo seu dinamismo próprio, pela rede de relações inter-industriais que cria, e pelo volume de recursos que mobiliza para a sua expansão, tende a influenciar consideravelmente a modernização de outros sectores da economia.

Neste contexto, o aproveitamento crescente das energias renováveis torna-se um objectivo prioritário da política energética regional. A progressiva utilização dos recursos endógenos, em condições económica e tecnicamente aceitáveis, constitui um meio privilegiado para atingirmos uma elevada autonomia energética e, simultaneamente, uma melhor protecção ambiental, na medida em que as energias renováveis, apresentam normalmente uma natureza não poluidora.

A aposta do Governo Regional na promoção de energias renováveis está bem patente na recente evolução do programa geotérmico. Nos últimos tempos, este projecto conheceu um desenvolvimento notável, que culminou com a inauguração, em Maio do corrente ano, da central geotérmica da Lagoa do Fogo, cuja potência instalada já permite satisfazer uma parcela significativa da procura de energia na Região.

O esforço que tem vindo a ser desenvolvido para garantir os meios de produção necessários à satisfação da procura de energia eléctrica nos próximos anos, tem sido igualmente acompanhado no sector do transporte e distribuição. Na verdade, a rede de distribuição da EDA, E.P. é uma das áreas que tem merecido grande preocupação, tendo-se canalizado recentemente avultadas verbas para as redes de transporte e distribuição de energia, o que se reflectiu claramente numa nítida melhoria da qualidade do serviço prestado.

O Programa Energia recentemente criado a nível nacional, e que será adaptado à Região já no início do próximo ano, vai também dar um contributo importante para o aproveitamento dos recursos energéticos endógenos e estimular iniciativas dos agentes económicos conducentes à conservação de energia, promovendo a melhoria de rendimento dos processos utilizadores de energia. Serão deste modo apoiados investimentos das empresas em eficiência energética, que nomeadamente concretizem a realização de auditorias energéticas e de planos de racionalização dos consumos, e que introduzam adequados sistemas de gestão da energia. Paralelamente, continuaremos a atribuir apoios à aquisição e montagem de sistemas de utilização de energias renováveis, no âmbito dos incentivos, a nível regional, criados pela Portaria nº 57/89, de 22 de Agosto.

Os apoios à electrificação de locais públicos continuarão a merecer uma particular atenção, dada a relevância que por vezes tais iniciativas assumem para a melhoria da, qualidade de vida das populações, propiciando mesmo certos investimentos neste domínio e um desenvolvimento mais harmónico da Região.

O artesanato, com o prosseguimento das acções emergentes do POSEIMA-Artesanato, bem como as constantes no próprio SIRAA, vai continuar a privilegiar investimentos que propiciem o potenciamento das micro-empresas regionais, com

criação de emprego estável e rendimentos familiares que fortaleçam a economia rural e a conseqüente fixação das populações aos seus meios de origem.

O governo, vai iniciar ainda este ano, para prosseguir em 1995, um levantamento das artes e ofícios tradicionais dos Açores, designado por "Roteiro das Artes e Ofícios Tradicionais dos Açores" com o objectivo não só de possuir um valioso instrumento de trabalho para o futuro, como para uma melhor redefinição e ajustamento de políticas, como também, não descurámos a ligação histórica das nossas lojas antigas de comércio tradicional, com o presente, e ainda as artes e ofícios tradicionais na alimentação, no fabrico de matérias primas e objectos, nos serviços e na construção civil bem como no sector primário.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Expostas que foram as nossas principais ideias e grandes linhas de acção deste Plano/95, na Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia, para além destas fica novamente a determinação de contribuir para que: **o progresso se mova para a frente e com clareza: que contribua para o prosseguimento duma mudança em verdadeira ordem, e nos torne cada vez mais racionais humanos em contextos futuros.**

Que as medidas conseqüentes deste Plano/95, ao darem plena expressão a este progresso, confirmem um crescente grau de preparação do nosso povo para enfrentar o seu próprio futuro.

**"O nosso povo e o seu futuro. merecendo o melhor que as instituições e aqueles que as representam lhes possam dar. nas formulações renovadas da democracia. deve continuar a significar a essência suprema das nossas melhores intenções".**

Disse

**Presidente:** A Sra. Deputada Ana Carolina pede a palavra para?

**Deputada Ana Carolina Silva (PSD):** Sr. Presidente, é para pedir um esclarecimento.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputada Ana Carolina Silva (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Juventude:



Reconhecida que é a importância do Conselho Consultivo de Juventude como órgão de debate e de diálogo por parte dos jovens, eu gostaria de saber quais as organizações políticas de Juventude que têm participado no mesmo?

**Presidente:** Tem a palavra a Sr<sup>a</sup>. Deputada Lisete Silveira, naturalmente também para pedir esclarecimentos.

**Deputada Lisete Silveira (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário deve ter conhecimento das cada vez mais frequentes interrupções de energia eléctrica aqui nesta Ilha, provocando vários prejuízos, como é lógico.

Dizem os responsáveis que isso se deve à rede de baixa tensão que é necessário reabilitar.

No entanto, é voz corrente que os motores da central termo-eléctrica quando foram aqui instalados, já tinham vários anos de uso.

Portanto, eu pergunto se 1200 contos chegarão para obviar esta situação?

Muito obrigada.

**Presidente:** O Sr. Deputado Fernando Menezes pede a palavra com que finalidade?

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Sr. Presidente, é para pedir um esclarecimento.

**Presidente:** Tem a palavra para pedir um esclarecimento.

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de perguntar ao Sr. Secretário Regional - uma vez que afirmou aqui que o projecto da pousada de juventude da Horta arrancaria no próximo ano - onde é que vai ser localizada a pousada de juventude? E se já existem terrenos adquiridos para o efeito?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila também para pedir esclarecimentos.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Segundo me consta há alguns meses deslocou-se à Horta freguesia da Ribeirinha do Pico, um cidadão que entregou nesta Assembleia um abaixo-assinado, com cerce de

18 assinaturas, cujo assunto se prende com uma indefinição que continua a existir naquela freguesia.

Como sabe - e deve ser saber, porque é um Secretário que demonstra estar bem informado - quando foi da passagem da Federação dos Municípios da Ilha do Pico para a nova Empresa de Electricidade dos Açores, houve freguesias da ilha que ficaram prejudicadas, isto é, aquelas que tinham projectos já antigos.

Existe hoje na freguesia da Ribeirinha uma situação anómala. Ou seja, há cerca de 18 clientes da EDA que ou não têm acesso à electricidade ou então têm de maneira que não podem ter mais do X potência instalada.

Eles queixam-se e já hoje fizeram eco dessa situação junto de mim e, inclusivamente, têm mais abaixo-assinados para enviar a V. Ex<sup>a</sup>. e alegam também que já enviaram outros e ainda não obtiveram resposta.

A pergunta que eu faço é no sentido de saber se o Sr. Secretário conhece a situação? E se não acha que por exemplo quando a Delegação de ilha responde por escrito, dizendo que sim senhor este tem direito a essa energia e 3 meses depois de fazer o pedido, respondem-lhe com um orçamento de 400 contos?

Quando é que a EDA passará a ser uma empresa de boa fé, neste caso...

**Deputado Rui Melo (PSD):** Qual boa fé?!

Pergunte ao Sr. Deputado Fernando Lopes o que foi que ele disse há pouco sobre o dinheiro?

**O Orador:** Sr. Presidente, eu peço que a Mesa me desconte este tempo ocupado pelos apartes. Não mando calar como mandaram há pouco!

Já acabou o aparte Sr. Deputado?

Bem, Sr. Secretário, a situação é difícil naquela freguesia e da qual já deve ter conhecimento.

Portanto, eu queria que me desse alguma explicação de como se pode resolver isto no futuro? Porque não é uma situação individual "de per si". É uma situação que já envolve presentemente muita gente, de entre os quais por exemplo, emigrantes que se querem instalar. Há o caso duma moagem - e não nenhuma naquela freguesia - que se quer instalar e não tem potência para isso.

Era só isto.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para prestar os esclarecimentos que foram pedidos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia.

**Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia (Gaspar da Silva):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Respondendo às várias questões que me foram colocadas, começaria pela questão colocada pela Sr. Deputada Ana Carolina Silva acerca das organizações políticas de Juventude que têm participado no Conselho Consultivo Regional de Juventude.

Ao longo de 1993 e 1994, em 7 reuniões havidas ao longo deste mandato das organizações políticas com assento nesta Câmara, conforme o decreto legislativo que cria o Conselho, as únicas organizações que se têm pautado por uma presença assídua e constante têm sido a Juventude Social Democrata e a Juventude Comunista. As restantes não têm aparecido a nenhuma das reuniões.

Em relação à questão colocada pela Sr<sup>a</sup>. Deputada Lisete Silveira, eu devo confessar-lhe que neste momento não tenho a informação rigorosa sobre um problema especial em relação a uma anomalia consequente de disjuntores ou investimentos. Prometo que tomei essa questão em boa nota e, oportunamente, informarei a Sr<sup>a</sup>. Deputada, porque é um problema tão específico do dia a dia, em termos técnicos, que obviamente eu não tenho conhecimento do mesmo, mas indagarei o que se passa e dar-lhe-ei uma resposta oportunamente.

Relativamente ao Sr. Deputado Fernando Menezes sobre a Pousada de Juventude da Horta, com efeito a verba que está consignada no Plano para esse fim, destina-se a arrancar em 1995 com a componente projectos e estudos. O local que está previsto para a instalação da mesma será, em princípio, e após ter os estudos convenientemente concluídos, na delegação da ex-Secretaria da Economia, aqui na cidade da Horta, uma vez que arrancámos precisamente neste mês com as obras para as novas instalações daquela Secretaria e certamente que as antigas instalações serão potenciadas no sentido de serem destinadas a esse fim.

Quanto ao Sr. Deputado Rui Pedro Ávila, sobre o abaixo-assinado da Ribeirinha do Pico, eu confesso também que é um problema de natureza técnica e, como é óbvio, não estou aqui minuciado com informações desse cariz tão pormenorizado. No

entanto, e à semelhança do que disse à Sr<sup>a</sup>. Deputada Lisete Silveira, prometo-lhe indagar essa questão em pormenor essa questão e informá-lo, pessoalmente, sobre essa matéria.

Creio que respondi a todas as questões que me foram colocadas.

Muito obrigado.

**Presidente:** O Sr. Deputado Carlos Morais pede a palavra com que finalidade?

**Deputado Carlos Morais (PSD):** Para pedir esclarecimentos.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Carlos Morais (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu gostaria de perguntar à Sr<sup>a</sup>. Deputada Lisete Silveira se tem consigo o Plano para 1995 - "Empresas Públicas" - nomeadamente no que se refere à EDA?

É, de facto, a verba inscrita no Plano não são 120 mil contos, mas sim 360 mil contos.

**Presidente:** Tem a palavra a Sr<sup>a</sup>. Deputada Lisete Silveira para prestar esclarecimentos.

**Deputada Lisete Silveira (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu referi-me a um programa específico que é precisamente o apoio à electrificação, ou seja, o apoio a electrificações diversas e isso é que interessa, de facto, para o problema que se põe dos cortes frequentes de energia nesta Ilha. O resto, é outra questão, Sr. Deputado.

Muito obrigada.

**Presidente:** O Sr. Deputado Carlos Morais pede a palavra com que finalidade?

**Deputado Carlos Morais (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de recomendar à Sr<sup>a</sup>. Deputada Lisete Silveira que se informasse junto do seu Grupo Parlamentar acerca duma distribuição do DREPA que foi presente a todos os Srs. Deputados, sobre o Plano para 1995 - "Empresas Públicas" - em que traz tudo esclarecido, com a respectiva verba para o próximo ano e as respectivas obras que irão ser feitas pela EDA em 1995.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Humberto Melo para uma intervenção.

**Deputado Humberto Melo (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

A discussão anual do Plano e do Orçamento envolve uma análise de recorte técnico nos domínios económico e financeiro, mas motiva sempre um debate muito vivo e de forte cariz político e partidário.

A consolidação do projecto autonómico como factor de concretização do desenvolvimento global e integral da nossa terra e a nossa luta permanente para a prossecução de melhores padrões de qualidade de vida, exigem de todos sentido de responsabilidade e objectividade e acima de tudo, espírito solidário.

Criar mais riqueza e distribuí-la equitativamente por forma a atenuar e diminuir as assimetrias que ainda persistem na nossa Região, são pressupostos que enformam este Plano, cujos eixos prioritários perspectivam o relançamento a curto prazo da retoma, a dinamização do investimento e a defesa e promoção do emprego.

As propostas de Plano e Orçamento, embora não contendo todas as nossas legítimas pretensões, permitem, todavia, a realização de muitas e variadas acções e projectos em todas as nossas e, antes de mais, garantem o cumprimento das nossas obrigações de Estado...

**Presidente do Governo Regional** (*Mota Amaral*): Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Sabemos bem que é impossível fazer tudo ao mesmo tempo. Algumas aspirações são atendidas agora, enquanto outras já o foram no passado e outras serão futuramente, sempre num clima de fraternidade solidária em que o benefício alheio é também benefício próprio.

É, assim, que construímos os Açores. É, assim, que queremos prosseguir.

Embora o Plano e o Orçamento sejam instrumentos essenciais para a condução da política económica e social, não constituem, por si só, o único elemento regulador da actividade e da dinâmica da sociedade, mas antes, devem ser equacionados à luz de tantas e variadas iniciativas que mobilizam os agentes económicos e sociais e que potenciam a nossa capacidade de co-financiamento e incitam, mesmo, a novos investimentos e negócios.

Não podemos ignorar o quadro financeiro da nossa Região nem a realidade que nos rodeia.

Os Açores não se apresentam como caso isolado ou único de dificuldades, no panorama global do nosso País; nem Portugal é excepção no plano Comunitário!

Todos os dias temos imagens na televisão que nos retratam os graves problemas que assolam o mundo; mesmo aqui à nossa porta!

O flagelo do desemprego e de crise económica assume ainda contornos de tragédia e desgraça social!

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Os documentos que o Governo apresentou são honestos e inspiram confiança - confiança na sociedade e no indivíduo. São, acima de tudo, realistas e perspectivam com sentido estratégico e de equilíbrio o desenvolvimento dos Açores e a melhoria da qualidade de vida.

Não embandeiramos em arco, como faz a oposição!

O PS é irresponsável! Não tem sentido de Região.

O seu líder por onde passa, tudo promete!

*Vozes do PS: Não apoiado!*

**O Orador:** Parece um vendedor de "banha da cobra"!

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Está a ser indelicado!

*Vozes do PS: Não apoiado!*

**O Orador:** Quando visita uma escola e encontra um vidro partido, logo conclui que reina o caos na Educação!

Quando encontra um apoio comunitário mal sucedido, diz que há corrupção!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Há alguma.

**O Orador:** Quando encontra uma família pobre, diz que alastra a miséria na Região!

Quando visita uma ilha, logo promete uma grande pista de aviões, usando certamente os poderes imperiais de César (!).

Que é isto?! Senão o vale-tudo, a demagogia e o miserabilismo! É o discurso do bota-abaixo.

*(Apartes inaudíveis da bancada do PS)*

**O Orador:** Para as receitas propõe congelamentos nos vencimentos dos titulares de cargos políticos, lançando "areia nos olhos" da opinião pública para se encapotar a si próprio!

Sr. Deputado Carlos César:

A política é para ser exercida com honestidade, seriedade e clareza, servindo e falando verdade ao Povo que nos elegeu.

Desde já o desafio para que em sede de Comissão de Revisão do Estatuto Político-Administrativo assuma claramente as propostas que o PSD tem em cima da mesa:

- redução do número de deputados e reformulação do Sistema de Funcionamento da Assembleia.

*Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** O CDS/PP não merece qualquer referência especial, pois trata-se de um partido que apenas defende privilégios de grupo! Chamar-lhe Partido Popular é mesmo um absurdo contraditório, já que pretende designar o contrário do que é!

É um partido de politiquices dependentes de circunstâncias e de interesses sectários que coloca em último plano o Povo!

É um partido do passado que aposta no velho e doentio bairrismo que outrora nos conduziu ao atraso!

O PCP está no caminho do comunismo na Europa: em vias de extinção!

*(Risos do Deputado Paulo Valadão)*

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Esperamos que o Governo e particularmente o seu Presidente continuem a dar o exemplo de tenacidade e convicção na condução política da Região, assumindo as medidas essenciais para vencer a crise, pois perspectivam-se sinais de recuperação económica a curto prazo e que terá seguramente efeitos benéficos no crescimento económico, no reforço da competitividade e na melhoria do emprego e dos salários.

Olhar o futuro é dever de quem governa!

Trabalhando hoje, construímos o futuro, é o lema do PSD!

Melhorar as condições de vida dos Açorianos é responsabilidade de todos - Governo, Maioria, parceiros sociais e partidos da oposição. Todos devem dar o seu **contributo positivo** para a concretização daquele objectivo.

O PSD vai cumprir o mandato que o Povo lhe confiou.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Gonçalo Botelho.

**Deputado José Gonçalo Botelho (PSD):** Sr. Presidente, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

No cumprimento do Estatuto Político-Administrativo, o Governo Regional dos Açores, apresenta a esta Assembleia Legislativa para discussão e aprovação, o Plano e Orçamento para o ano de 1995.

O Plano e o Orçamento para 1995 agora em discussão nesta Assembleia e que já foi sujeito à discussão pública, tem envolvido pareceres de representantes, a diversos níveis, das forças vivas desta Região.

O que mais se generalizou é de que as verbas atribuídas no Plano são escassas para os projectos que nele constam e para outros extra Plano que se entendem necessários para a melhoria da qualidade de vida das populações desta Região.

Não obstante a apreciação acabada de referir, o Plano e Orçamento para 1995 contém, contudo, as verbas que foram possíveis disponibilizar pelo que entendo serem documentos equilibrados e razoáveis para assegurarem o funcionamento de toda a máquina administrativa, a continuidade dos projectos em curso e também, o lançamento de novas iniciativas prioritárias.

Uma Governação eficaz e equilibrada, valorizará este Plano, de modo a que todos os objectivos propostos por este Governo sejam atingidos, como o tem feito ao longo de



todos estes anos em que tem estado à frente dos destinos do Povo Açoriano, contribuindo para o seu desenvolvimento harmonioso.

Sr. Presidente, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Vector importante consignado no Plano é o que se reporta ao Trabalho, Emprego e Formação Profissional.

À semelhança do que vem acontecendo nos últimos anos, o Governo irá dar continuidade às medidas de apoio e criação de novos empregos através de programas específicos.

Do mesmo modo, a Formação profissional como virtude de potencialização da valorização dos trabalhadores para contribuir, de certo, para a diminuição do desemprego e permitir a perfeita integração dos trabalhadores no cada vez mais exigente mercado de trabalho.

Assim e pelo atrás referido, pensamos que existem condições mais do que suficientes para poder votar favoravelmente e em consciência o Plano e Orçamento para 1995.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo).*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Nascimento Ávila.

**Deputado José Nascimento Ávila (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, é um dever que me assiste, saudar, em particular Vossa Excelência, Senhor Presidente da Assembleia 1º dignatário da Autonomia Regional, os Srs. Deputados, bem como o Sr. Presidente do Governo e os Srs. Membros do elenco governativo Regional.

Encontro-me neste momento, nesta tribuna, em consequência de uma situação conhecida de todos vós, que para mim, é duplamente penosa mas os compromissos têm de ser cumpridos.

A renúncia ao mandato do ex-deputado Carlos Mendonça, impele-me de dizer presente hoje e, se Deus me der saúde, até ao fim da presente legislatura.

Muito embora neste período de intervenção, em que se discutem os instrumentos de política fundamentais, para a vida económica e social da nossa Região - o Plano e o Orçamento Regional para 1995 - não posso deixar de expressar um sentimento de profunda gratidão, ao Cidadão Carlos Mendonça, pela forma brilhante, responsável, e sempre com muita convicção, como ao longo de 14 anos defendeu a Ilha Graciosa neste Parlamento.

*Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Daqui, desta Tribuna, que tantas vezes ocupou, lhe presto o preito da minha simples, mas sentida e justa homenagem.

Não existem na vida, duas pessoas iguais, contudo, a substituição que tive de ocupar neste Parlamento, obriga-me a transportar uma responsabilidade acrescida, no exercício do presente mandato.

Assumo perante todas V. Exas. o meu compromisso, de cumprir o melhor que tiver ao meu alcance, executar todas as tarefas que me forem incumbidas e desenvolver as actividades que achar por bem desempenhar, tendo em vista o cumprimento das obrigações que tenho, a partir deste momento, para com o Povo dos Açores em geral e para com o Povo da minha Ilha em particular.

Sou um deputado da oposição, actuarei no âmbito de tal Estatuto, direi **não** quando achar que as circunstâncias o justificarem, mas também saberei dizer **sim** quando os factores que tal o originarem, sejam compatíveis com aquilo que sinto e penso, e forem para bem do desenvolvimento harmónico e integrado destas Ilhas.

*Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Há um princípio que gosto muito de pôr em prática, sempre que me dão oportunidade, que é ser generoso no elogio e moderado na crítica.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em termos de imagem, em gíria futebolística, poderei considerar que fui chamado a participar na fase final do campeonato!

Discute-se hoje, nesta Assembleia, tal como já referi, os instrumentos de política fundamentais que vão ditar as linhas de orientação para todo o Povo desta Região, no decurso do próximo ano.

Um plano, é a expressão tanto quanto possível, daquilo que pretende seja efectuado, tendo em vista a vivência de toda uma comunidade, para o qual o mesmo se destina, nos seus diversos vectores, nomeadamente Social, Cultural e Económico.

O orçamento é o suporte financeiro que há-de permitir a execução de tal plano.

Dadas as circunstâncias em que me encontro neste Parlamento não me foi possível participar nos trabalhos das Comissões Especializadas desta Assembleia, momentos enriquecedores e esclarecedores dos documentos ora em debate, dada em particular a audição dos responsáveis governamentais, dos diversos sectores, que o plano comporta.

Nesta linha de pensamento, diria que fui chamado à final sem ter participado "nos jogos preparatórios". No entanto, deu para verificar, o que não posso deixar de lamentar, que a minha Ilha está praticamente "eliminada desta prova".

Pese embora tais circunstâncias, não vou deixar de me debruçar, sobre os documentos em debate, não obstante, me sinta à partida um "jogador" já penalizado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não sou, não pretendo ser, daqueles que têm uma óptica da vida traduzida no seguinte:

"Chegar, ver e vencer".

Assumo com humildade, a minha condição de mais novo elemento desta Assembleia, e, nesta vertente, não posso de forma alguma, abalançar-me a um debate de âmbito sectorial do Plano, mas limitar-me-ei, nesta fase, a uma análise equacionar e levantar questões sobre o meu círculo eleitoral, as quais gostaria de ver respondidas pelos responsáveis dos respectivos Departamentos Governamentais, dado que, como já referi, não participei nos ditos trabalhos preparatórios.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A limitação temporária, que o meu Grupo Parlamentar dispõe, impede-me de levantar toda a problemática que o Plano por omissão e acção refere, no que se prende com a

ilha Graciosa. Contudo, procurarei fazer uma abordagem sintética, daquilo que se me afigura de maior interesse para a minha ilha.

Dando seguimento ao meu raciocínio já expresso, diria que, em termos de imagem, o Plano e Orçamento para 1995 representam quase "O" para o meu círculo eleitoral.

Se não vejamos:

- Onde estão programadas neste plano, a construção das Lotas nas freguesias da Luz, Praia e Santa Cruz já em anteriores documentos desta natureza, previstas e orçamentadas?

- Porque razão o Governo não atribuiu qualquer verba, que se destinasse ao alargamento da rampa de varagem do Porto de Pescas da Praia da Graciosa?

- Porque persistir o Governo em não consignar nos seus planos, para satisfazer uma necessidade imperiosa que é a construção do molhe de protecção no Porto da Praia da Graciosa?

- Como se compreende que sendo a Ilha Graciosa aquela que tem menor rede de caminhos de penetração o Governo consigne para tal efeito, só 1.500 contos?

- Sabida que é a carência na ampliação das actuais instalações da Escola Preparatória de Santa Cruz da Graciosa, como se compreende que o Governo não dê qualquer atenção a tão premente necessidade, para facilitar a criação dos 10º e 11º Anos do Ensino Secundário.

Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social:

Quando é que os graciosenses passarão a ter o seu Centro de Saúde a funcionar? O que justifica tal demora, cujas obras de ampliação levaram, salvo erro, mais de cinco anos? Tem V. Ex.<sup>a</sup>. conhecimento que a premência é de tal ordem, que os utentes daquela unidade de saúde já tiveram de dormir nos corredores e no mesmo quarto pessoas de sexos diferentes?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estou convicto, que qualquer resposta que me seja dada, julgo que não terá qualquer cabimento, se pensar-mos que a Ilha Graciosa é aquela que tem a dotação mais baixa no contexto do Orçamento para 1995 pelo que não pode ter a minha anuência, tendo em conta o que vem consignado, em nada vai alterar as condições de vida dos graciosenses no sentido da sua melhoria.

Mais grave ainda, é quando detectamos consignações de verbas que se destinam a obras já realizadas e anteriormente programadas.

Em que vem este Plano e Orçamento contribuir para a criação de riqueza naquela ilha?

Para a melhoria de condições no Ensino?

Para a melhoria de condições para a criação de postos de trabalho?

Não pode pois, como é lógico no seu todo e muito em particular ao Círculo Eleitoral que aqui represento ter o meu aval.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs.. membros do Governo:

Outros momentos surgirão no decurso desta legislatura, que me permitirão dissecar aquilo que hoje deixo em resumo, e aqui, sempre estarei para dizer **sim ou não**, consoante a justeza das opções que o executivo tomar, quer no todo regional, quer em relação à Ilha Graciosa.

Disse.

*(Aplausos da bancada do PS e do Deputado Independente).*

**Presidente:** O Sr. Deputado José Aguiar pede a palavra com que finalidade?

**Deputado José Aguiar (PSD):** Para dar um esclarecimento, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado José Aguiar (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Nascimento Ávila:

Ouvi com atenção a sua intervenção, aliás o que costumo fazer com todos os Deputados e de uma forma muito especial com aqueles que são eleitos pelo círculo eleitoral da Graciosa, a qual também amo e espero ver progredir cada vez mais.

De qualquer maneira, a sua intervenção merece dois ou três comentários ou pelo menos dois ou três esclarecimentos.

Em primeiro lugar, julgo que as suas preocupações são também, em grande parte, as minhas. Aliás, também as enumearei aquando da minha intervenção naquela tribuna e até apresentei mais algumas que certamente as terá, mas talvez por falta de tempo, não pode apresentá-las aqui.

Por outro lado, julgo que a Ilha Graciosa não está "fora de prova", Deus me livre que isso acontecesse!

Com certeza que o PSD e do próprio Governo não permitirão que a Graciosa fique "fora de prova"!

Também havemos de "jogar até ao fim do campeonato" nesta prova. E tentaremos marcar todos os pontos possíveis que estiverem ao nosso alcance.

Para além das verbas que estão especificadas e desagregadas no Plano, há ainda verbas não desagregadas, com as quais é possível fazer-se algumas coisas, certamente que não tudo, mas algo. E, portanto, trabalharemos sempre até ao fim do campeonato. Quanto à construção das lotas, que também foi uma das minhas preocupações que apresentei, o Sr. Deputado diz que elas não irão ser construídas.

Lembrava-lhe só que neste momento já existe um edifício disponível para ser remodelado e adaptado às novas funções - que é o edifício da Junta Autónoma dos Portos - que já foi disponibilizado, já aqui foi dito, e certamente as obras irão ser feitas.

**Presidente:** O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

**O Orador:** Obrigado, Sr. Presidente.

O próprio Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas já mostrou disponibilidade nesse sentido.

Em relação à rampa de varagem e ao molhe de protecção, não há dúvida nenhuma de que estamos os dois de acordo, se bem que quanto ao último, inclusivamente na Ilha Graciosa se diz que há necessidade de fazer um estudo aprofundado dessa infraestrutura, porque mexer no mar não é a mesma coisa que mexer em terra e muita coisa pode ser alterada, especialmente a praia da Graciosa, única na Ilha, e que logicamente toda a gente quer preservar. Daí pensar que se deve fazer em primeiro lugar um estudo aprofundado dessa situação e saber se haverá ou não outra alternativa possível. Na minha opinião muito pessoal penso que não, mas os estudo é que o dirão.

Relativamente ao centro de saúde - e aqui deixar-lhe-ia a questão que queria colocar - gostaria de saber se o Sr. Deputado tem conhecimento de qual terá sido o motivo que

levou a que as obras de remodelação e ampliação daquele centro se prolongaram tanto no tempo?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Nascimento Ávila.

**Deputado José Nascimento Ávila (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Aguiar:

Eu quando disse "fora de jogo", disse-o **praticamente** "fora de jogo" e foi em sentido figurado.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Não está "off side" ainda!

**O Orador:** Quanto às informações que me prestou, eu agradeço-as, mas na realidade, só há pouco é que tive conhecimento de que havia uma sugestão no sentido de que a Junta Autónoma dos Portos fosse adaptada a lota. De qualquer maneira, ainda faltam as lotas da Luz e St<sup>a</sup>. Cruz, cujos projectos já lá estão, salvo erro, não gosto de garantir números sem ter a certeza, há mais de 5 ou 6 anos.

Era só isto.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Aguiar para dar um esclarecimento.

**Deputado José Aguiar (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Gostaria ainda de dar um esclarecimento em relação aos pedido de esclarecimento que eu pedi e que se prende com o atraso das obras do centro de saúde.

De facto, essa é uma preocupação de toda a população da Ilha Graciosa - o atraso daquelas obras - mas conviria referir que aquele atrase não se deveu, única e exclusivamente, a questões relacionadas com o Governo Regional. Porque, como o Sr. Deputado José Nascimento Ávila também sabe, o projecto que foi elaborado enfermava de várias deficiências, algumas delas partindo de informações que foram dadas na Graciosa na altura da feitura desse projecto e o projectista, a determinada altura, quase que desapareceu do universo, pois era muito difícil encontrá-lo.

O Governo chegou à conclusão que, correndo alguns riscos, iria mexer no projecto sem autorização do próprio arquitecto. Daí que, em minha opinião, o Governo foi até corajoso ao tomar medidas destas, sabendo que corria alguns riscos mas que estava a

agir em benefício duma população inteira e nisso eu louvo a sua acção e as medidas que ele tomou, se bem que - continuo a dizer - as obras atrasaram-se muito e prejudicaram a população duma ilha. No entanto, não pode atribuir culpas apenas e só ao Governo Regional.

Obrigado.

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo nos nossos trabalhos por 30 minutos.

Agradecia aos Srs. presidentes dos Grupos Parlamentares, ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro e ao Sr. Deputado Paulo Valadão que se reunissem comigo na sala da Mesa pelas 18,00 horas.

*(Eram 17,40 horas).*

**Presidente:** Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares para darmos seguimento dos nossos trabalhos.

*(Eram 18,55 horas).*

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações para uma intervenção.

**Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações**

*(Jaime Medeiros):* Sr. Presidente, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:

Os últimos anos têm vindo a ser marcados nos Açores por aspectos condicionantes da actividade económica, como consequência da crise internacional e do impacto da mesma nas economias nacional e regional.

Para além disso, o Governo dos Açores viu também as suas receitas diminuídas, em consequência da suspensão das contrapartidas financeiras resultantes dos acordos internacionais pela utilização da Base das Lajes, pelos Estados Unidos da América, e da Estação de Rastreio das Flores, pela França, sem as necessárias compensações do Orçamento Geral do Estado.



A situação atrás referida ocorreu justamente na altura em que havia uma forte dinâmica de investimentos em obras públicas, com um considerável número de contratos assumidos com os empreiteiros e no efectivo do custo das respectivas obras.

Tentava-se, com isso aproveitar ao máximo os fundos comunitários postos à disposição pelo PEDRAA I e pelo PNIC (**Plano Nacional de Interesse Comunitário**).

Tais factos causaram perturbações no decurso normal das empreitadas adjudicadas, criando quatro situações distintas, depois de negociações com os empreiteiros envolvidos, dentro dos parâmetros legais, já que a rescisão pura e simples dos contratos seria altamente lesiva dos interesses regionais.

Enumeramos as situações atrás referidas:

1º - Suspensão de algumas obras em curso;

2º - Prolongamento dos prazos de execução de outros empreendimentos;

3º - Decurso normal de empreitadas com facturação cabimentada, mas sem disponibilidade de tesouraria;

4º - Transferências de verbas inscritas em áreas passivas da não geração de encargos financeiros para outras que os poderiam gerar.

Tudo foi assumido conscientemente e foram tidos os cuidados indispensáveis à salvaguarda dos interesses da Região, procurando sempre executar as soluções que minimizassem o agravamento das questões de índole financeira.

Aquando da audição do Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações por parte das Comissões Especializadas desta Assembleia Legislativa, alguns dos Srs. Deputados inquiriram sobre a razão de obras supostamente já concluídas se encontrarem inscritas de novo neste Plano.

Os argumentos já aduzidos, conjuntamente com o facto do fecho de contas das empreitadas só ser efectuado aquando da recepção definitiva das mesmas, altura em que são de facto dadas por prontas, o que normalmente ocorre dois anos após a sua conclusão física, leva também a que os empreiteiros sejam restituídos os montantes retidos legalmente para garantia da boa execução das obras e outras verbas,

resultantes também de acertos de trabalhos a mais e correcções das revisões de preços.

Estas são, por si só, as razões justificativas da questão posta na altura e devidamente elucidada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Governo da Região Autónoma dos Açores, depois de uma gestão criteriosa dos meios financeiros postos ao seu dispor, prepara-se para, no próximo anos, lançar diversos empreendimentos, por forma a dinamizar a actividade económica e a fazer decrescer os números do desemprego.

Assim, na área da habitação, manter-se-ão durante o ano de 1995, os apoios à bonificação de juros decorrentes dos empréstimos destinados à aquisição de moradia própria, através do programa designado por SAFIN.

Os apoios directos à aquisição de casa própria e à auto-construção serão retomados, dando-se prioridade aos casos mais antigos e às pessoas ou agregados familiares socialmente mais carenciados.

Nesta área os programas de habitação a custos controlados manter-se-ão com as características já conhecidas e os incentivos à recuperação de habitação degradada serão concedidos às Juntas de Freguesia, por serem estas os órgãos do poder local mais habilitados a avaliar das condições sócio-económicas dos potenciais beneficiados.

A distribuição destes apoios será efectuada de acordo com os critérios previamente definidos, com acompanhamento das execuções efectuadas por fiscais da S.R.H.O.P.T.C.

Para além das medidas atrás enumeradas, dar-se-á início ao programa de realojamento de famílias que vivem em barracas ou fogos de outro cariz e sem condições de habitabilidade.

O programa em causa visa a construção, numa primeira fase, de 621 fogos, distribuídos pelas Ilhas de S. Miguel e Terceira.

Trata-se de um programa que envolverá o Governo Regional dos Açores, as Câmaras Municipais intervenientes, o Instituto Nacional de Habitação e o Instituto de Alienação e Gestão do Património Habitacional do Estado.

No que respeita ao investimento no sector de Obras Públicas afecto aos transportes, o Governo Regional aposta na melhoria da rede viária e em melhores condições de operacionalidade e segurança dos portos da Região, por forma a:

- diminuir os custos de manutenção de estradas com pavimentos irregulares inadequados ao tipo de tráfego actual;
- aumentar a comodidade de circulação;
- descongestionar nas horas de ponta o fluxo de trânsito nas entradas e saídas de alguns centros urbanos;
- obter a melhor ligação à rede viária de infraestruturas em fase de conclusão;
- reforçar a consolidação dos molhes dos portos comerciais que apresenta alguma degradação do seu manto de protecção.

Relativamente a esta última questão, podemos afirmar que, de acordo com observações efectuadas periodicamente por consultores credenciados, as situações não apresentam preocupações imediatas, não sendo, todavia, de descurar a tomada de medidas tendentes à melhoria das condições actuais.

Na área das Obras Públicas prevemos, assim, a conclusão de alguns empreendimentos nas estradas e o início de novas obras, bem como o arranque da protecção do molhe do Porto da Horta, com a construção associada de um parque de contentores de 1ª linha e o começo dos estudos referentes à protecção dos portos de Stª. Maria, Graciosa, S. Roque do Pico, bem como a melhoria da operacionalidade do Porto da Calheta de S. Jorge.

A protecção da Orla Marítima, bem como a gestão dos Recursos Hídricos, são questões de grande relevância e para os quais o Governo Regional está altamente sensibilizado, não regateando meios e esforços para preservar o património natural e ímpar que é:

- o nosso litoral;
- as nossas lagoas;
- as nossas ribeiras.

Para tanto, está em fase de estudo a protecção de diversas zonas da nossa costa, bem como a elaboração de um projecto piloto de Ordenamento da Orla Costeira dos

Açores a decorrer num troço "tipo", dividido em 3 fases e cuja 2ª. fase foi recentemente entregue para análise e aprovação.

A eutrofização das lagoas é um problema real com que nos defrontamos e no qual o Governo Regional põe o maior empenho para a sua resolução, estando a decorrer os processos de implementação de medidas curativas, tais como a limpeza de algas e o arejamento de fundos.

Paralelamente procede-se ao controle da qualidade das águas e estudam-se medidas preventivas, tais como o ordenamento das bacias hidrográficas, a sensibilização das populações para o fenómeno, a definição do âmbito de intervenção dos diversos departamentos governamentais e autarquias e a criação dum pacote legislativo, visando a protecção das bacias hidrográficas e criando incentivos à reconversão da utilização dos solos naquelas zonas.

De entre os diversos factores que condicionam o desenvolvimento duma região arquipelágica como os Açores, há um que se reveste de capital importância que é o transporte de pessoas e bens.

O Governo Regional dos Açores dá especial relevância a esta matéria, já que os custos, a frequência, a qualidade, os horários e os destinos influenciam fortemente a nossa economia.

A recente legislação publicada a nível nacional e que visa a reestruturação do sector portuário, não atraíu de imediato a atenção e o interesse dos agentes económicos privados, por dificuldades de harmonização das leis criadas para a nossa realidade de ilhas. Por via disso, o Governo Regional dos Açores viu-se na necessidade de impulsionar o aparecimento de empresas com capital predominantemente privado que substituam as actuais estruturas obsoletas, pesadas e caras que operam a movimentação de cargas nos nossos portos.

Os resultados estarão à vista dentro em pouco, já que se ultimam os preparativos finais para a criação de 3 empresas de estiva, aptas a funcionar nas áreas de jurisdição das Juntas Autónomas dos Portos existentes nos Açores.

Por outro lado, o incentivos criados pelo Governo Regional na bonificação dos juros resultantes de empréstimos efectuados para a aquisição de barcos comerciais de

cabotagem, originaram o aumento, em número e qualidade, da frota regional privada e permitiram que novo comércio florescesse entre as diversas ilhas desta Região.

Os transportes aéreos estão também a ser objecto da nossa cuidada atenção.

Está a decorrer o processo de reestruturação da Transportadora Aérea Regional, visando tornar mais económica e flexível a sua estrutura, sem descurar a operacionalidade e a boa qualidade do serviço pela mesma prestado.

As nossas ligações de passageiros com o exterior dependem exclusivamente da Transportadora Aérea Nacional - TAP.

É de todos sabido que existe um conjunto generalizado de críticas relativamente a tarifas praticadas, horários e oferta de lugares, bem como o término das ligações com a nossa comunidade residente nos Estados Unidos da América.

Os contactos que temos mantido com membros do Governo da República, bem como elementos do Conselho de Administração da TAP, indiciam a abertura necessária para, em diálogo a haver brevemente com os departamentos do Governo Regional responsáveis pelos Transportes e pelo Turismo, bem como com os agentes económicos representados pela Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, se caminhar para o encontro da solução mais consentânea com as nossas justas aspirações.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É este, pois, em resumo, o Plano e a Política do Sector que dirijo e que proponho seguir, certo de que a linha traçada pelo Governo Regional está a ir de encontro às aspirações do povo desta Região e a contribuir fortemente para a retoma económica, a dinamização das empresas regionais, a criação de postos de trabalho, fazendo com que cada vez mais os Açores sejam nove torrões onde valha a pena viver.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo).*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Barros para naturalmente pedir esclarecimentos.

**Deputado Ricardo Barros (PS):** Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Gostaria de salientar o facto do Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações ter referido na sua intervenção o aspecto de existirem verbas reduzidas para um sector que reputamos de grande importância e que, porventura, essas mesmas verbas não serão suficientes para acudir a todos os programas existentes sobre esta matéria.

No entanto, penso que omitiu uma questão que reputo de fundamental, ou seja, saber quando é que os açorianos deixam de ser os únicos portugueses que não têm acesso ao crédito bonificado através da Caixa Geral de Depósitos?

**Presidente:** O Sr. Deputado Fernando Menezes também pede a palavra para pedir esclarecimentos. Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas uma pergunta:

- Quando é que começa a obra do Porto da Horta?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações para prestar esclarecimentos.

**Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Jaime Medeiros):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A bonificação de juros à habitação da Caixa Geral de Depósitos foi uma questão que o Sr. Deputado levantou aqui na Sexta-feira e, como sabe, não tive ocasião de confirmar junto desta instituição até ao momento, uma vez que saí daqui no Sábado. No entanto, conto pedir uma audiência ao Director da Caixa Geral e saber exactamente o que é que se passa.

Portanto, neste momento não posso confirmar nem negar a afirmação que o Sr. Deputado fez. Mas é uma preocupação que tenho e que vou tentar saber o que é que se passa.

No que diz respeito ao início das obras do Porto da Horta, devo referir que elas começarão dentro em breve. O empreiteiro, por força do contrato, tinha necessidade de colocar na Horta uma britadeira e isso faria com que houvesse um adiantamento. Esse adiantamento foi efectuado esta semana, portanto já não existem razões para que

não se inicie o trabalho. E por isso, brevemente o empreiteiro começará a mobilizar meios para o estaleiro.

É óbvio que como vamos entrar na época de Natal - é uma época um conturbada para esse tipo de actividades - é natural logo no início do ano a obra seja dada por iniciada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Barros para dar mais esclarecimentos.

**Deputado Ricardo Barros (PS):** Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Era só para esclarecer V. Ex<sup>a</sup>. de que a situação que referi na minha intervenção não é de ontem nem sequer do mês passado, já tem muitos meses e, infelizmente, não há num futuro curto a possibilidade dela ser resolvida, sem que haja um entendimento claro sobre esta matéria, entre o Governo Regional e a Caixa Geral de Depósitos.

Até agora, e de há muitos meses a esta parte, os açorianos não têm, de facto, direito ao acesso ao crédito para a habitação.

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** E o Sr. concorda com essa situação da Caixa Geral de Depósitos?!

**O Orador:** Sr. Presidente, eu não concordo, mas a culpa obviamente não é nossa.

Nós o que pedimos é que o Governo dê esclarecimentos, para que possamos informar as famílias açorianas.

É óbvio que é uma situação profundamente injusta para todos os açorianos, o facto de não terem acesso e serem os únicos portugueses a quem isso acontece.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

**Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Bastos e Silva):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de esclarecer um pouco melhor esta matéria.

O Governo Regional sempre se prontificou a negociar com a Caixa Geral de Depósitos. e logo que foi convocado para a primeira reunião, no âmbito de um grupo de trabalho em que imediatamente colaborou na sua formação, compareceu. Essa reunião foi há pouco tempo.

Também gostaria de dizer ao Sr. Deputado que a situação que invoca, a existir, e portanto sujeita a confirmação, existe há muito recentemente. Porque eu todos os meses recebo o coordenador daquela instituição.

Vou até dizer-lhe que a primeira situação que me foi relatada, e não foi de forma oficial foi por rumores, veio da Ilha Terceira. E portanto, depreendia não ser uma posição oficial da Caixa Geral de Depósitos.

O que eu acho que é importante dizer-se aqui é que, a verificar-se e a confirmar-se, e se o Sr. Deputado tem confirmação oficial desse facto, eu fico a aguardar que tome uma posição frontal contra a Caixa Geral de Depósitos...

*(Protestos inaudíveis da bancada do PS).*

**O Orador:** ... os Srs. pelos vistos

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Tenham calma!

**O Orador:** ... pelos vistos, a vossa posição é integralmente contra a Região Autónoma dos Açores. Nem sequer leram nenhum papel, não fizeram qualquer análise e já têm posição **e é contra nós?!**

Que coisa espantosa, Sr. Deputado!!

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** É desculpável essa ignorância.

**O Orador:** Repare que por exemplo, a nossa posição não só é sustentável do ponto de vista técnico, como é uma posição tão sólida que apresentada por várias vezes, não deu lugar a que fosse rebatida no seu domínio, que é o domínio jurídico.

O que me parece e o que me espanta - e fica desde já aqui o meu veemente protesto - é como que é possível haver deputados que tomam a posição contra a Região Autónoma dos Açores, e posições formais, que não têm nada a ver nem com a política nem com divisões partidárias!

Tenho dito.

*Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!*



**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Barros.

**Deputado Ricardo Barros (PS):** Sr. Presidente, para defesa da honra.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Ricardo Barros (PS):** Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Não costumo usar esta figura regimental. E se o faço agora, é tão somente pelo facto dos Srs. Membros do Governo, perante uma afirmação desta gravidade, não terem tido tempo de se informarem duma situação grave que se passa há muitos meses na nossa Região. Não na Ilha Terceira, não na Ilha do Faial, não na Ilha de S. Miguel, **mas em toda a Região!**

É extremamente grave que venham pôr em causa as afirmações que aqui produzi!

Esta situação pode ser confirmada em qualquer balcão da Caixa Geral de Depósitos, em qualquer uma das ilhas da Região!

**Presidente:** O Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas pede a palavra para prestar esclarecimentos, naturalmente. Tem a palavra para o efeito.

**Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Jaime Medeiros):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Foram feitas as diligências necessárias para se saber o que é que se passava, uma vez que, oficialmente, não temos conhecimento de nenhuma medida da Caixa Geral de Depósitos que restrinja o apoio ao crédito à habitação. Daí a nossa dúvida. Ou seja, a Caixa Geral de Depósitos não nos informou, não há um documento escrito, enfim, não há nada!

Tudo isso resulta de informações que nos foram transmitidas verbalmente.

Procuramos, neste momento, e estamos a tentar contactar os responsáveis, para que eles nos confirmem isso. E a partir daí, serão tomadas as medidas necessárias e tendentes a resolver o problema.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** É só descer a rua, porque o balcão é ali em baixo! Nem sequer é preciso ir a Lisboa.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra a Sr<sup>a</sup>. Deputada Rosa Machado.

**Deputada Rosa Machado (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O resultado da confrontação entre o Plano a Médio Prazo e o para 1995, mostra-nos como os objectivos que se pretendiam materializar, eram e são fundamentais para continuamente aproximar-mo-nos dos modelos que o inspiraram . Modelo em que este plano se inspirou e que se vai aproximando a pouco e pouco.

Os planos de tudo , tanto os de qualquer governo, como os de vida de cada um devem ter sempre como protótipo um nível muito alto, muito acima das possibilidades, pois só assim se consegue ir aproximando das metas traçadas anteriormente e que sempre estarão numa fasquia que se eleva constantemente .

Os povos não se teriam desenvolvido nem nunca teríamos progresso se estivéssemos satisfeitos com o que temos.

A satisfação tornar-nos- ia sem ideais e sem metas a querer alcançar.

Com isto não queremos dizer que estamos satisfeitos, e também podemos entoar o nosso coro de lamentações:

"queremos estradas; queremos escolas; queremos o curso de educação física etc. etc . mas como escreveu o autor português Stau Monteiro "nunca ouvi ninguém pedir ' quero saber pensar" .

Porque se pensarmos um pouco, apesar de estarmos à quase 20 anos na mesma estrutura constatamos, que esta longa duração não é igual a imobilismo. Existiram e existem ritmos diversos nesta evolução desde 1976, e são precisamente as relações e os desfasamentos entre estes ritmos diversos que tem permitido o equilíbrio e o progresso.

Neste momento a lentidão afigura-se-nos exasperante e torna este momento difícil de ultrapassar. Mas como não temos um pronunciado gosto por chorar sobre leite derramado, esperamos continuar a nossa caminhada rumo à modernização de todos os sectores da vida açoriana, sem distinção de ilha ou de classes.

Termino com um proverbio popular, mas com um fim diferente, como o ouvi pronunciar um dia destes:" em casa de pouco pão todos brigam e todos tem razão".

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo).*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

**Deputado Carlos Silva (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Uma vez mais aqui estamos para discutir e aprovar o Orçamento e Plano para o ano de 1995.

Como planear é optar e decidir sobre o que mais importante é para cada uma das parcelas da nossa Região, torna-se sempre difícil dizer que as opções tomadas foram as melhores.

Por isso, como deputados regionais, mas ligados a cada um dos dos nossos círculos eleitorais, a nossa missão consiste em trazer a esta Câmara os problemas de maior acuidade das nossas ilhas.

E a nós, Deputados do Partido Social Democrata, como suporte do Governo desta Região, cabe-nos também a função de, em contactos permanentes, alertarmos e sensibilizarmos os Membros do Governo para a resolução desses problemas.

Foi assim que em 1992 nasceu o Plano a Médio Prazo 1993/96. Foi assim que esta Assembleia o aprovou.

Esse Plano, e no tocante à Ilha das Flores, ascendeu em mais de 2 milhões e 700 mil contos em investimentos a realizar naquela ilha.

Ao longo de 1993 e 1994 foi investido um total de 2 milhões e 100 mil contos. O Plano para 1995 prevê um investimento de mais de 1 milhão e 600 mil contos, o que significa que caso este Plano seja aprovado e cumprido - e vai sê-lo - chegaremos ao final do próximo ano com um investimento global superior a 1 milhão de contos do que estava inscrito no Plano a Médio Prazo.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Que sortudo!

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** E o Pico ainda tem mais...!

**O Orador:** É verdade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Muito tem sido dito nesta Assembleia acerca de outros investimentos considerados necessários para a Ilha das Flores. Subscrevo algumas dessas reivindicações e fi-las chegar, nos momentos oportunos, ao Sr. Presidente do Governo.

Mas em nome da verdade, e para que os Srs. Deputados não fiquem com a ideia de que nada se tem feito nas Flores, como por vezes é veiculado nesta Câmara, gostaria de lembrar alguns investimentos levados a cabo nestes últimos tempos:

- Porto das Flores; o maior investimento realizado nas Flores.

É verdade que foram necessários 8 anos de autonomia para que o florentinos pudessem ver tão importante infraestrutura a funcionar.

É caso para se dizer "tardou, mas chegou".

E com ele chegou o desenvolvimento económico daquela ilha. O que ontem não tínhamos, a construção do porto trouxe-nos.

- União de Cooperativas da Ilha das Flores; velha aspiração da lavoura florentina, justamente reivindicada por diversas vezes nesta Câmara, é já uma realidade.

Com a lavoura das Flores devidamente organizada e com a entrada em funcionamento desta unidade equipada das mais modernas condições, pode-se dizer que novos ventos soprarão para os lacticínios da ilha.

Que a lavoura saiba aproveitar e que corresponda a tão importante investimento.

- Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia; infraestrutura concebida para funcionar numa perspectiva social que privilegie a presença do idoso na família e na comunidade, o lar de idosos é também já uma realidade e constituiu um passo importante para as pessoas idosas das Flores, já que as suas instalações permitem responder, eficazmente, às necessidades locais evitando, assim, o internamento em lares de outras ilhas que significava uma quebra de laços familiares.

- Aumento da pista do Aeroporto das Flores; obra imprescindível para o desenvolvimento da ilha. O aumento da pista permitiu uma melhor operacionalidade dos aviões da Transportadora Aérea Regional.

Acerca dos transportes aéreos para a Ilha das Flores, necessário se torna que o Governo Regional inicie conversações com a empresa pública ANA, EP para que esta autorize a SATA a efectuar voos para aquela ilha aos Sábados e/ou aos

Domingos. Esta é uma reclamação justa da população florentina e que irá ter, estou certo, bom acolhimento por parte do Governo Regional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Muito se tem falado acerca do Plano que ora se discute.

O Partido Social Democrata reafirma que este é o Plano possível, mas que mesmo com algumas limitações, continuará a assegurar o desenvolvimento da nossa Região. No entanto, consta que o Partido Socialista irá apresentar propostas de alteração para que este Plano passe a ser, por artes mágicas, o super-plano, o plano da revelação e salvação de cada uma das nossas ilhas.

SRs. Deputados do Partido Socialista:

Espero que V. Exas., mesmo sendo da oposição e por esse motivo sem quaisquer responsabilidades de governação, incluam nessas propostas de alteração os investimentos que têm sido objecto de todas as vossas reivindicações, a bem da coerência.

Muito obrigado.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo).*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Melo para uma intervenção.

**Deputado Silva Melo (PS):** Sr. Presidente, SRs. Deputados, Sr. Presidente e SRs. Membros do Governo:

Começarei esta minha intervenção citando o meu saudoso mestre da cadeira de "Finanças Públicas" o Prof<sup>o</sup> Teixeira Ribeiro, que a propósito de Finanças e Orçamento dizia o seguinte nas suas lições: " O Estado tem as suas Finanças porque precisa de fazer despesas com a produção de bens para a satisfação de necessidades. E essas necessidades que o Estado satisfaz e porque as satisfaz, são necessidades públicas".

Diz ainda aquele insigne Professor que as necessidades públicas, apesar de satisfeitas pelo Estado, têm de ser necessidades de indivíduos e portanto de pessoas.

Ora é precisamente por causa da forma como são satisfeitas essas necessidades públicas e pelo facto de elas serem necessidades de indivíduos, isto é, de pessoas

concretas, que se levanta em todos os Parlamentos a apreciação e discussão do Orçamento que lhes é apresentado pelos Executivos.

É pois devido à previsão das despesas públicas que enformam este Orçamento, que estamos aqui a discutir se as despesas nele previstas serão as mais correctas ou se serão mesmo aquelas que melhor satisfazem as necessidades das pessoas dos Açores.

Os deputados do Partido Socialista têm sido especialmente criticados por defenderem com especial denodo os interesses específicos das suas respectivas ilhas.

Mas esta defesa da sua ilha, ou da sua dama, se assim quisermos dizer, não pode ser levada a mal e até é positivo que assim suceda.

Quem melhor do que o deputado de uma qualquer ilha conhece de perto e em pormenor os interesses específicos da sua ilha, e vou mais longe, os interesses da sua ilha, do seu concelho ou mesmo da sua freguesia.

O deputado de ilha é na ilha que vive o seu dia a dia, é no seu concelho ou freguesia que conhece as pessoas e os pequenos e grandes problemas que merecem solução por parte do Governo.

Por isso, e é com todo o direito e justiça que ele traz esses pequenos e grandes problemas a esta Assembleia para chamar a atenção do Governo para eles e para dentro dos poderes que pelo Estatuto e pela Constituição lhe estão conferidos, procurar encontrar a melhor solução para a sua resolução. Só assim ele estará a responder condignamente perante o povo que o elegeu.

É evidente que os deputados desta Assembleia não são deputados de ilha ou de concelho ou da freguesia onde vivem.

Um deputado da Assembleia Legislativa Regional dos Açores é um deputado regional, logo defende os interesses do todo regional e tem por obrigação defender os interesses conjuntos das nove ilhas deste Arquipélago.

Mas um deputado desta Assembleia não pode também esquecer os problemas específicos da sua terra, isto é, da sua ilha.

E ao mesmo tempo que não pode esquecer os problemas da sua ilha, o deputado deve sempre ter em atenção que ao defendê-los, deve também equacionar esses problemas específicos com o todo regional.

Só assim, em nosso entender, estará a defender os interesses condignamente próprios da sua ilha e em última análise, os superiores interesses da sua Região.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Como também não poderia deixar de ser e como deputado pela ilha de S. Miguel irei referir alguns dos pontos que no meu entender e no da minha bancada, foram descurados neste Plano e Orçamento para o ano de 1995 no que se refere especificamente a S. Miguel.

Quero referir entre outras, a obra de repavimentação da Estrada Regional Ponta Delgada - Ribeira Grande, mais conhecida por via rápida da Ribeira Grande, no troço entre Ribeira Grande - Loja do Grilo.

Esta obra que já estava prevista no orçamento de 1994 com uma verba de 100 mil contos, desapareceu neste orçamento para 95.

E mais grave a obra nem sequer foi iniciada.

E tanto mais grave porquanto aquela estrada serve todas as populações desde o Nordeste até à Ribeira Grande, e o mínimo que se pode dizer é que é urgente mas urgente mesmo, a reparação daquele troço.

No que se refere à Envolvente à cidade da Ribeira Grande, a verba prevista neste orçamento, é manifestamente irrisória. Os 5.000 contos previstos com certeza que nem pagarão o levantamento topográfico.

Não é demais dizê-lo, a Envolvente à cidade da Ribeira Grande, para além da vantagem de descongestionar o trânsito da cidade, é imprescindível para o desenvolvimento do Parque Industrial da Ribeira Grande.

Outra grande obra esquecida neste Orçamento e Plano é o novo Matadouro Industrial da Ilha de S. Miguel, obra que dispensa explicações quanto à sua importância para o sector da Lavoura.

Basta recordar que o actual Matadouro está velho, ultrapassado e acima de tudo, não está reconhecido pelas autoridades comunitárias, o que inviabiliza que o gado ali abatido seja exportado para fora do País.

Não esquecidas mas descuradas estão ainda as reparações nos portos de pesca artesanal das freguesias de Rabo de Peixe e Ribeira Quente, uma vez que a verba inscrita no orçamento é manifestamente insuficiente para efectuar as mesmas.

Por ultimo e para enumerar apenas aquelas obras que se afiguram como investimentos públicos de valor reprodutivo inquestionável, mencionarei o porto de pesca industrial de S. Miguel que uma vez mais foi esquecido.

A sua importância não merece dúvidas a ninguém.

Com a sua construção descongestionava-se o Porto de Ponta Delgada, e podia-se dotar o sector das pescas com uma rede de frio e com uma zona comercial específica.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Aqui fica a nossa apreciação a este Orçamento e Plano.

E para terminar não quero que estas minhas palavras críticas sejam tomadas como bairrismo ou clubismo de ilha por parte de um micaelense.

Julgo que ao equacionar as obras atrás referidas, que reputo de importantes para a ilha de S. Miguel, estou a fazê-lo porque considero que são obras que representam um importante investimento reprodutivo e que podem contribuir sem sombra de dúvidas para o desenvolvimento do todo regional.

Disse.

*(Aplausos da bancada do PS e dos Deputados do PSD Jorge Cabral e Rui Melo).*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente.

**Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal):** Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. membros do Governo:

O presente Plano para o sector do Turismo encontra-se com uma dotação de 1,9 milhões de contos, verba que podendo aparentemente traduzir uma redução relativamente ao Plano anterior, se apresenta, na verdade, com uma dotação, em termos reais, francamente superior.

Com efeito, o facto da componente nacional dos investimentos a atribuir ao investimento turístico passar a ser suportado directamente pelo Orçamento do Estado, retira à parcela mais significativa do Plano no projecto destinado aos incentivos



financeiros 1,5 milhões de contos. Ou seja, traduz um orçamento total real, comparativamente ao de 1994 de 3,4 milhões de contos, cerca de mais 300 mil contos, o que representa um aumento aproximadamente de 10%.

Para além destas verbas, a abertura à Região do conjunto de instrumentos de fomento do investimento, geridos pelo Fundo do Turismo, para além do SIFIT III, poderá ainda contribuir para o aumento do financiamento de investimento.

Parte significativa da dotação prevista não se encontra desagregada por ilhas, o que, à primeira vista, poderá justificar a dúvida sobre o bem ou mau fundado dessa solução. Todavia, se tivermos em conta que no projecto da promoção turística, que é o responsável pela mais elevada verba não desagregada, facilmente se compreenderá os fundamentos dessa solução.

De facto, consistindo a actividade promocional num conjunto de investimentos repartido pela área das relações públicas, da publicidade, da produção e distribuição de material informativo, com o objectivo de estimular o interesse pela viagem turística e assentando a filosofia promocional na referência aos Açores como um produto global, seria uma operação do mais puro artificialismo proceder a qualquer desagregação.

Bastará pensar numa campanha publicitária, por exemplo ou num spot televisivo.

Como é possível fazer distribuir por cada uma das ilhas o custo do respectivo investimento? Ou ainda, desagregar um investimento consubstanciado na presença da Região num certame internacional?

Seria, em meu entender, mera cosmética política sem bases técnicas minimamente consistentes e não seria, seguramente, um processo sério de apresentar a política de promoção da Região.

E é certo que por essa razão, toda a actividade promocional da Secretaria Regional do Turismo e Ambiente, na medida em que contribui para suscitar o interesse e a operação turística para os Açores, beneficia todas as parcelas da Região.

Na vigência do Plano ora em discussão, apontam-se como principais infraestruturas da responsabilidade do sector público a conclusão do Campo de Golfe da Batalha em S. Miguel, da aquisição de terrenos e elaboração do projecto do do Faial, o início da construção das novas instalações para a Delegação de Turismo da Terceira, a criação

e recuperação e manutenção de trilhos turísticos, sinalização turística das Ilhas de St<sup>a</sup>. Maria, Terceira, Graciosa, S. Jorge, Flores e Corvo e a conclusão da residencial em St<sup>a</sup>. Cruz das Flores, para além da execução de pequenos projectos na área do enriquecimento da oferta e dos circuitos turísticos.

Em virtude do crescimento registado na oferta turística açoriana e da necessidade de consolidar esses investimentos e suscitar maiores volumes de procura, levou a que a Secretaria Regional do Turismo e Ambiente viesse a executar um programa de acção promocional, mais amplo e ambicioso do que nos anteriores.

Assim, tendo sido, entretanto, possível uma maior aceitação de recursos financeiros, lançaram-se para além das acções promocionais tradicionais, campanhas publicitárias multi-média, fortemente apelativas e direccionadas, sobretudo, para o mercado nacional, mas também no mercado internacional, com especial ênfase para os mercados alemão e britânico.

Para 1995 serão intensificadas as acções tradicionais. E para além disso, continuará a investir-se mais fortemente na vertente publicitária no mercado interno, assim como se alargará o leque de países a considerar na campanha internacional integrada na acção promocional de Portugal no estrangeiro.

à reformulação já iniciada dos materiais promocionais da Região, seguir-se-á a fase de produção em quantidades significativas, de acordo com o aumento registado na actividade promocional.

Neste processo, ter-se-á em conta a necessidade de diversificação desses materiais, através da produção de esforços audio-visuais, orientados para a produção dos produtos temáticos mais relevantes para a Região.

A intensificação dos apoios à actividade promocional da indústria turística, premiando-se a inovação e a criatividade no sector das agências de viagens e turismo, com vista à diversificação de mercados e produtos e à redução da sazonalidade, será outra das acções a contemplar no presente Plano.

Ainda no âmbito da acção promocional para 1995, iniciativa que reputo de grande oportunidade e impacto previsível, a próxima realização do congresso da APAC, o maior e dos mais prestigiados a nível nacional, e que irá contribuir decisivamente para uma mais perfeita sensibilização dos agentes de viagens, sector vital no processo

de comercialização turística e, conseqüentemente, irá traduzir-se no aumento de programação dos Açores por parte da indústria turística nacional.

No que concerne à procura, parece razoável admitir que 1995 será o ano da recuperação do mercado. Com efeito, os dados referentes aos primeiros 9 meses do corrente ano, indicam já um crescimento de 6% das dormidas na hotelaria classificada, relativamente a igual período do ano transacto.

Julga-se ainda, na base de inquéritos à entrada e saída da Região, que parcela significativa da procura não estará contabilizada, por recorrer a alojamento não classificado.

Assim, se esta tendência de recuperação se mantiver ou acentuar, poderá concluir-se que os Açores irão registar resultados globais favoráveis, apesar duma conjuntura ainda adversa, com fracos níveis de competitividade ao nível do factor preço e uma notória falta de elasticidade da oferta de transporte aéreo, face à pressão da procura na época alta.

Após a conclusão e entrega pela empresa adjudicatária da proposta do Plano Director de Turismo, procedeu-se a uma reflexão profunda sobre o planeamento turístico sob a orientação da Direcção Regional de Turismo e em diálogo permanente com os agentes turísticos regionais, através das suas estruturas representativas e também com as Câmaras Municipais e meios culturais.

Foi possível obter amplos consensos, quanto a um conjunto essencial de princípios, objectivos e estratégias a observar no processo de desenvolvimento turístico dos Açores.

Sendo bem demonstrativo do clima de confiança incutido no sector, tal facto exprime, tão só, o crescente dinamismo e capacidade interventora de um sector tradicionalmente omissos ao nível do planeamento turístico.

Constitui um importantíssimo valor a preservar e a anunciar a efectiva prossecução dos objectivos definidos em permanente diálogo e concertação. Exprime, evidentemente, uma abordagem séria, objectiva e tecnicamente apoiada ao fenómeno turístico. Numa altura em que detemos o controle sobre a evolução do sector. Exprime, também, responsabilidade política e competência técnica.

Seremos selectivos no fomento do investimento, de modo a evitar a criação de uma oferta artificial, pouco produtiva turisticamente e que, a prazo, se volte contra o próprio destino.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Na área do Ambiente quero começar por me congratular pelas alusões contidas num comunicado do Secretariado do PS sobre este sector, em que sublinha que **"a economia está intimamente associada ao ambiente, de um modo especial nos sectores da agricultura, pescas, turismo e indústria. E é preciso respeitar os limiares e utilizar os recursos, optimizando a sua gestão"**. E, finalmente, **"que não se privilegie somente os objectivos de desenvolvimento económico, mas que se olhe estes num âmbito de um desenvolvimento sustentado"**.

Todavia, trata-se, tão somente, de uma reflexão praticamente baseada no V Programa Comunitário de Política e Acção para o Ambiente. Praticamente, digo bem, porque num... acesso de "imaginação e brilhantismo" deste **novo velho PS**, introduziu-se uma inovação: é que em lugar de referirem a Energia e os Transportes como refere o Plano Comunitário, introduziram e substituíram pelo sector das Pescas.

Não se vê nada de mal, Srs. Deputados, em veicular ideias consensuais e particularmente caras à comunidade e aliás, em execução pela própria Região. Mas já não é correcto que apenas para consumo político, o PS apresente princípios e objectivos genericamente aceites como sendo ideias próprias e inovadoras, provavelmente fruto das novas aderências a esse partido.

Ou será que estamos perante mais um caso de... "revelhação?!"

*(Risos da bancada do Governo)*

*Vozes do PS: De quê?!*

**O Orador: "Revelhação"! Há renovação e no vosso caso é "revelhação"!**

Vozes do PS: Não é nada disso!

**O Orador:** Espero bem que não seja, porque realmente o Ambiente é um sector onde de facto é preciso que não haja "revelhações".

Mas ainda, para além de ser utilizada, exclusivamente, esta "fonte de inspiração", tenta ainda o PS desvalorizar algumas das acções enunciadas nos documentos ora em discussão.

Com efeito, só o desconhecimento da importância de um jardim botânico em termos de conservação e preservação de espécies endémicas, e algumas ameaçadas de extinção; só o desconhecimento da importância e actualidade da conservação e valorização do património natural; só o considerar como não prioritária a melhoria do atendimento da população em serviços de abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos; só o não reconhecimento da importância fundamental dos programas de educação ambiental permite a atitude irresponsável do PS, expressa no mencionado comunicado dos seus novos órgãos de direcção.

Após estas considerações, devo congratular-me pela oportunidade e lucidez das decisões recentemente tomadas em matéria de recolha e tratamento de resíduos sólidos pelos novos autarcas.

Com efeito, na intervenção proferida aquando da discussão do Plano de 1994, manifestava esperança de que a então recente eleição viesse contribuir para a resolução dos graves problemas que algumas ilhas vinham sentindo com enormes prejuízos para a saúde pública, bem como para a sua imagem turística no exterior...

*(Aparte inaudível do Deputado Carlos César)*

**O Orador:** Não é você que me vai salvar. Vai-me dando umas ajudas com aquilo que vai escrevendo, vai dando umas ajudas para a "salvação".

**Deputado Carlos César (PS):** Por mim!

**O Orador:** Um ano volvido, não foram goradas as minhas expectativas. Sempre pelo contrário, de saudar desta tribuna a decisão tomada pelos autarcas da Ilha do Pico na definição da localização do aterro sanitário...

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Muito bem! Muito bem!

**Secretário Regional da Saúde e Segurança Social (António Menezes):** Coisa que nunca tinha sido feita!

**O Orador:** ... bem como do empenhamento e decisão de considerar como prioritária a resolução deste gravíssimo problema na Ilha de S. Miguel, sobretudo graças à dinâmica imprimida pelo novo Presidente da Câmara Municipal de P. Delgada e pelo novo Presidente da Associação de Municípios da Ilha de S. Miguel.

*Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Nesta matéria, encontram-se já definidas as localizações de todos os aterros sanitários, com excepção da Ilha de S. Miguel, cujo processo se encontra de novo em estudo.

No ano em curso, iniciou-se o estudo da viabilidade técnica e económica da recolha selectiva dos resíduos sólidos, tendo os resultados da primeira fase sido apresentados publicamente em seminário realizado no mês de Outubro, cuja organização técnico-científica esteve a cargo da Direcção Regional de Ambiente.

Ainda no mês em curso, dar-se-á início à 2ª fase deste estudo que incluirá propostas de solução e tratamento, implementação da recolha selectiva, gestão dos resíduos hospitalares e ainda uma campanha de sensibilização do público que decorrerá no 1º semestre de 1995.

**Deputado Duarte Pires (PS):** Esqueceu-se da lixeira do Joaquim Ponte.

**O Orador:** Faça-me a pergunta que eu já lhe respondo a seguir, Sr. Deputado!

Com a aprovação por esta Assembleia do Decreto Legislativo Regional N° 21/93/A, foram feitas diversas propostas de reclassificação das áreas protegidas existentes e que, em cumprimento da legislação, foram solicitados pareceres a variadas entidades e associações, encontrando-se as mesmas para análise e elaboração de relatório na Universidade dos Açores, esperando que no 1º trimestre do próximo ano se esteja em condições de dar início à sua discussão pública.

A vigilância das áreas de protecção especial para a nidificação de aves protegidas no âmbito das convenções internacionais sobre aves e fauna, será alargada a praticamente todas as zonas, procedendo-se também à recuperação de alguns dos seus habitantes.

A importância das espécies a proteger, nomeadamente o garajau e o cagarro, levaram à apresentação, conjuntamente com a Universidade dos Açores, de uma candidatura ao programa Comunitário "Life", cujo início de actuação se prevê vir a ocorrer durante o mês de Março. Também no âmbito deste programa, terá início em Janeiro a elaboração do inventário e cartografia da vegetação dos Açores.

Ainda dentro do programa da conservação da natureza, estão programados para 1995 a actualização da rede de "Opus Corin", bem como a aquisição de pequenas parcelas de terrenos e realização de diversas acções com vista à recuperação de áreas com interesse de conservação, das quais se destacam, entre outras, as que serão levadas a efeito no Ilhéu de Vila Franca, Pinhal da Paz, Caldeira Velha, Algar do Carvão, Caldeira de Stº. Cristo, Montanha do Pico, Monte da Guia e Rocha dos Bordões, para além da conclusão do estudo de salvaguarda do património da vinha na Ilha do Pico.

No que respeita à qualidade das águas balneares, dar-se-á continuidade ao projecto de monitorização da mesma.

Em 1994 deu-se início a um programa de estudos sobre a qualidade da areia das praias, cujos resultados finais serão brevemente apresentados. Este programa, inovador a nível nacional, abrangeu as praias das Ilhas de S. Miguel, Terceira e Faial, prevendo-se para 1995 a inclusão de outras praias.

Em matéria de qualidade da água de consumo, e no âmbito das suas competências, a Direcção Regional de Ambiente em 1994, procedeu à edição e distribuição pelas Câmaras Municipais, Direcções Regionais, Universidade dos Açores e Associações de Defesa do Ambiente, dos relatórios respeitantes aos anos de 1991, 92 e 93. Em 1995, será feito o relatório relativo a 1994, bem como o inventário de saneamento básico daquele ano, em colaboração com o Instituto Nacional da Água.

Área que continuamos a dar especial atenção é à educação ambiental. Assim, conforme previsto no Plano de 1994, foram criados em escolas da Região "clubes de ambiente", centrados na protecção da ave e fauna. Para 1995 arrancarão mais clubes, englobando alunos do ensino Básico e Secundário, bem como grupos de adultos dos programas de educação permanente.

à semelhança do que foi feito no ano em curso, realizar-se-ão encontros de educação ambiental, dirigidos aos professores dos diferentes níveis, bem como a comemoração

dos Dias da Água, do Ambiente, da Árvore, da Terra e do Mar. E à produção e divulgação de diverso material informativo por toda a Região. Da mesma forma, serão organizados seminários e simpósios sobre diversos temas com interesse na área do Ambiente. Em traços gerais, é este o conjunto das principais medidas a implementar em tão importante sector, para que possamos continuar a progredir com o desenvolvimento económico desta Região, preservando-se a nossa principal riqueza que é, sem dúvida, o valioso património natural, a única verdadeiramente nossa e que não é importada.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes para pedir esclarecimentos.

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente:

Não lhe vou perguntar desta vez pelo Plano Director do Turismo, porque já está feito e tem aspectos positivos. Oxalá seja implementado nalguns aspectos. Não lhe vou perguntar sobre a publicidade das camisolas do Benfica, porque o Sr. responder-me-á sobre essa matéria ao requerimento que eu fiz.

Mas falar de coisas mais sérias.

De acordo com Plano Director do Turismo, a Horta será um centro de distribuição, creio eu. E, portanto, nessa perspectiva o aeroporto da Horta tem uma importância estratégica decisiva.

O Sr. Secretário deve saber que a ANA, EP tinha feito uma previsão de 389 mil contos para a ampliação da aerogare deste aeroporto e para o terminal de cargas. E agora houve uma reformulação desse Plano e em 1995, apenas existem 36 mil contos para remodelação da aerogare e 5 mil contos para o terminal de carga.

Parece-me que esta alteração não vem de encontro ao que estava perspectivado no Plano - contraria - e assim, gostaria de perguntar-lhe se fez alguma diligência junto da ANA, EP para alterar esta situação?



**Presidente:** Tem a palavra a Sr<sup>a</sup>. Deputada Lisete Silveira para também pedir esclarecimentos.

**Deputada Lisete Silveira (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente:

Há 3 anos tivemos uma discussão nesta Câmara sobre o célebre campo de golfe para o Faial. Até houve umas graças sobre a quantidade de "buracos" para o campo de golfe. Eu pus em dúvida a criação de tal campo. No entanto, V. Ex<sup>a</sup>. fará o favor de me dizer em que pé se encontra criação desse campo de golfe?

Uma outra questão que eu lhe queria colocar prende-se com a aquisição do imóvel que publicamente foi noticiado ter custado cerca de 80 mil contos, para a instalação do museu de arte-sacra?

E eu só queria perguntar ao Sr. Secretário se das verbas atribuídas à sua Secretaria para o Faial, estará algum valor destinado à recuperação e adaptação daquele imóvel? Muito obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente para prestar esclarecimentos.

**Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relativamente à questão levantada pelo Sr. Deputado Fernando Menezes, quero dizer que embora o assunto dos aeroportos não seja da minha responsabilidade - é da empresa ANA, EP - várias vezes tenho encontrado o Sr. Presidente da ANA, EP, de quem já fui colega porque ele já foi Secretário de Estado do Turismo, e com quem por várias vezes tenho trocado impressões sobre nomeadamente alguns investimentos e o caso do aeroporto da Horta.

O Sr. Deputado refere que, de facto, houve um ano em que o Plano tinha 360 mil contos - salvo erro era 1992, se não me falha a memória - e em 1994 teve uma verba bastante reduzida.

Creio que o facto de estar incluída agora a verba de 36 mil contos para a ampliação da aerogare, poderá ser demonstrativo de que a ANA, EP irá avançar com algumas obras de melhoria das condições existentes no aeroporto da Horta.

Em relação aos esclarecimentos pedidos pela Sr<sup>a</sup>. Deputada Lisete Silveira, quero referir que o edifício a que fez referência não custou a quantia de 80 mil contos, foram 72 mil contos. E, para que isso fique esclarecido nesta Câmara, esse preço resultou duma avaliação que foi feita por pessoas idóneas nessa matéria. E o valor pelo qual ele foi adquirido foi o valor pelo qual há dois anos atrás havia sido feita essa avaliação.

portanto, quero esclarecer aqui que da forma como a Sr<sup>a</sup>. Deputada põe o valor, dá a impressão de que é um valor demasiado exagerado, mas a questão foi outra e a qual eu já referi.

AS verbas que estão incluídas no Orçamento, incluem o montante para se proceder a algumas obras de reparação, para as quais se encontra já, conjuntamente com a Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas, Transportes e Comunicações, a elaboração de um concurso limitado para a reparação exterior.

Quanto ao campo de golfe do Faial, Sr<sup>a</sup>. Deputada, eu já tive oportunidade de lhe dizer que esta é uma das obras que tem vindo sucessivamente a ser adiada. Primeiro por uma determinada razão e, nos últimos anos, por uma razão que é a seguinte: entendi, e entendeu o Governo, que devia ser dada prioridade às obras a levar a efeito pela iniciativa privada, E que, portanto, deveríamos em primeiro lugar apoiar os investimentos que fossem levados a cabo pela iniciativa privada, em detrimento dos investimentos da responsabilidade do sector público. E foi isso que foi feito.

O campo de golfe do Faial não avançou, para que não tivessem sido prejudicados investidores privado na área do Turismo. Porque, reafirmo, a iniciativa privada é que é o motor de desenvolvimento do Turismo, seja ele nos Açores, seja em qualquer outra parte.

**Deputada Lisete Silveira (PS):** Há 3 anos o Sr. não falava assim!

**O Orador:** Srs. Deputados, o problema é que os Srs. têm um discurso que ora criticam o Governo, porque tem demasiado peso na economia, ora vêm perguntar porque é que o Governo não intervém mais?!

Para o Partido Socialista, logicamente porque é oposição, aquilo que diz num dia já não é o mesmo que diz no outro dia ou até às vezes no mesmo dia!

É fácil para o Partido Socialista ter este discurso!

**Deputada Lisete Silveira (PS):** O seu discurso de agora é que é diferente do de há 3 anos!!

**Presidente:** Sr. Secretário, agradecia que procurasse terminar, porque já esgotou o seu tempo.

**O Orador:** portanto, gostaria de dizer mais uma vez que estão incluídas verbas para, como disse no meu discurso, se arrancar com o projecto e com a aquisição de alguns terrenos.

**Presidente:** Srs. Deputados, nós estamos em cima da nossa hora regimental. E, portanto, já não tempo útil para fazer qualquer intervenção.

Os nossos trabalhos recomeçarão amanhã pelas 10,00 horas da manhã e a nossa ordem de trabalhos será seguinte:

- Continuação da apreciação destes dois documentos que nos têm vindo a ocupar durante estes dias e ainda:

- Discussão sobre a Urgência e a Dispensa de Exame em Comissão duma Ante-Proposta de Lei sobre a "Manutenção na Ilha de St<sup>a</sup>. Maria do Centro de Controle Oceânico e demais serviços nela sediados";

- Proposta de Resolução sobre o "Limite de Avals a conceder pela RAA em 1995";

- Ante-Proposta de Lei sobre a "Contração de Empréstimos Externos";

- Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre a "Criação do Sistema de Incentivos na RAA - SIRAA";

E no caso de vir a ser aprovado o Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, apreciaremos também a Ante-Proposta de Lei.

Finalmente, teremos uma proposta de Resolução sobre a "Conta da ALRA de 1992".

Se os Srs. Deputados me dessem mais um momento, dar-vos-ia nota dos tempos ainda disponíveis para o debate do Plano e Orçamento.

Assim, temos:

Governo - 1 hora, 16 minutos e 3 segundos;

PSD - 1 hora, 18 minutos e 45 segundos;

PS - 1 hora, 10 minutos e 50 segundos;

CDS/PP - 4 minutos e 15 segundos;

PCP - 6 minutos e 50 segundos;

Dep. Indep. - 15 minutos.

Estão por hoje encerrados os nossos trabalhos.

Recomeçá-los-emos amanhã pelas 10,00 horas da manhã.

Muito boa noite e muito obrigado.

*(Eram 20,00 horas)*

*(Deputados que entraram durante a Sessão: **PSD** - Fátima Oliveira, João Cunha, Jorge Valadão dos Santos, Manuel Amaral; **PS** - António Silva Melo, Dionísio Sousa, Fernando Fonte, Francisco Oliveira, Rui Pedro Àvila; **CDS/PP** - Alvarino Pinheiro).*

---

**A Redactora de 2ª classe:** Ana Paula Garcia de Lemos e Nazaré